



**Oficina: o programa ARPA e o apoio ao fortalecimento
comunitário em unidades de conservação: lições
aprendidas, desafios e avanços**

RELATÓRIO

Facilitação e relatoria:

Ailton Dias dos Santos

Daltro Paiva

André Segura Tomasi

Luciene Pohl

Franciara Silva

Manaus, 10 a 12 de julho de 2016

SUMÁRIO

	Pg.
APRESENTAÇÃO.....	03
METODOLOGIA DA OFICINA	03
TRABALHOS DE GRUPOS TEMÁTICOS	05
Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas	05
Conservação e Manejo de Recursos Naturais	18
Fortalecimento da organização comunitária	26
Produção agroecológica	37
Formação e capacitação	42
PLANÁRIA FINAL.....	50
AVALIAÇÃO DA OFICINA	55
ANEXOS	57
Programação da Oficina	57
Composição dos grupos de trabalho	58
Manifesto pela ampliação as ações elegíveis no marco referencial <i>gestão participativa</i> do ARPA	61

APRESENTAÇÃO

Este relatório traz um registro da oficina “O programa ARPA e o apoio do fortalecimento comunitário em Unidades de Conservação: lições aprendidas, desafios e avanços” realizada em Manaus entre os dias 10 e 12 de julho de 2016.

A oficina foi uma iniciativa da Unidade Gestora do Programa ARPA e teve como objetivo promover o intercâmbio de saberes e a sistematização de experiências no âmbito de 23 projetos que formam a carteira do Subcomponente 2.3 do ARPA voltado para a integração entre comunidade e as Unidades de Conservação.

O evento reuniu um grupo de cerca de 70 pessoas entre gestores de UCs, lideranças indígenas e extrativistas, facilitadores e convidados. As atividades ocorreram nas instalações do Hotel Amazônia Eco-Park, localizado a cerca de 30 minutos da cidade de Manaus-AM.

A oficina foi um momento chave em um processo mais amplo que envolve a sistematização da experiência e a produção de uma publicação que deverá registrar os resultados, avanços e lições aprendidas ao longo dos últimos três anos de implementação do subcomponente 2.3 do ARPA.

Este relatório visa oferecer um registro fiel das discussões e debates realizados durante a oficina e servirá de base para a preparação de uma publicação a ser finalizada em dezembro de 2016.

METODOLOGIA DA OFICINA

A sistematização e experiências é uma ferramenta político pedagógica que tem como objetivo resgatar e registrar um conjunto de aprendizados obtidos por pessoas e organizações ao longo de um ciclo de intervenção ou de implementação de projetos, programas e políticas públicas.

A concepção da proposta de sistematização da experiência do Subcomponente 2.3 do ARPA parte do reconhecimento de que os atores envolvidos na implementação dos projetos apoiados pelo programa são detentores de uma enorme riqueza de informações, saberes, conteúdos e propostas que escapam aos procedimentos formais de Monitoramento e Avaliação (M&A) ou mesmo de gestão da carteira de projetos.

A sistematização difere do M&A ao se concentrar na produção do conhecimento a partir dos processos vividos pelas pessoas durante a implementação de projetos, programas ou outras iniciativas similares. O conhecimento, neste caso, é refletido, produzido e registrado pelos próprios participantes (atores) e não por atores externos à experiência. Neste sentido a sistematização implica em um trabalho consistente de resgate, ordenamento e análise crítica dos processos vividos pelos diferentes grupos ou indivíduos que participam do mesmo.

Uma das preocupações centrais deste processo de reflexão e análise é dar visibilidade e difundir o conhecimento que está sedimentado na memória das pessoas que viveram a experiência. Este exercício pode gerar novas ideias, propostas e percepções capazes de

enriquecer a continuidade dos processos ou mesmo qualificar e melhorar novas estratégias ou iniciativas que o grupo venha a implementar.

O enfoque utilizado na realização da oficina aqui relatada foi o da “sistematização participativa de experiências”. As discussões e debates que dão origem a um registro formal da experiência foram realizadas segundo uma lógica de produção coletiva conduzida pelo próprio grupo com o apoio de facilitadores externos. Por meio da ampla participação das pessoas se busca a geração de conhecimentos a partir de uma reflexão crítica feita pelo grupo sobre determinados temas considerados relevantes no âmbito da experiência. Esta abordagem de sistematização tem origem nos trabalhos de educação popular desenvolvidos por diversos grupos e organizações em vários países da América Latina e tendo o educador Oscar Jara Holiday como uma das principais referências¹.

A sistematização da experiência do subcomponente 2.3 do ARPA seguiu o seguinte percurso:

Análise documental – numa primeira etapa dos trabalhos a equipe de sistematizadores analisou um conjunto de documentos fornecidos pela Unidade Gestora do ARPA e que incluíam: i) os 23 projetos apoiados em dois editais (2014 e 2015) do programa; ii) relatórios de monitoramento dos projetos produzidos pelos gestores a partir de visitas às Unidades de Conservação apoiadas; iii) relatórios de progresso elaborados pelos gestores dos projetos.

Elaboração de um documento síntese – a partir da análise documental foi produzido um documento contendo uma síntese dos principais resultados dos projetos, que foram agrupados em cinco temas distintos: 1) Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; 2) Conservação e Manejo de Recursos Naturais; 3) Fortalecimento da organização comunitária; 4) Produção agroecológica; 5) Formação e capacitação. Este agrupamento temático dos projetos foi então validado junto aos gestores do subcomponente 2.3 do ARPA.

Preparação metodológica da oficina – uma vez consolidada a divisão dos 23 projetos em grupos temáticos passou-se à preparação da oficina de sistematização de experiências. A oficina foi concebida para favorecer a ampla participação das pessoas por meio da alternância entre momentos de plenária geral e trabalhos de grupos. Em suma, a dinâmica do evento consistiu na realização de: i) uma plenária inicial para alinhamento geral sobre o trabalho e metodologia; ii) cinco grupos de trabalho temáticos operando simultaneamente com o auxílio de facilitadores; iii) uma plenária final para a apresentação dos trabalhos de cada grupo, debate e avaliação final.

Atividades complementares – visando tirar o máximo proveito da oportunidade de reunir um grupo expressivo de gestores e lideranças foram concebidas algumas atividades complementares que enriqueceram a oficina e favoreceram a integração entre os participantes. Nesse sentido foram montadas duas exposições permanentes: uma de pôsteres elaborados pelos gestores dos projetos e outra de fotos que ilustraram as atividades realizadas em cada UC com o apoio do ARPA.

¹ Ver: HOLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução: Maria Viviana V. Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 214p.

Ao final dos dois primeiros dias de oficina foram realizadas sessões de “cinema ambiental” em que foram exibidos vídeos documentários de curta duração abordando questões relativas às UCs e aos projetos apoiados pelo ARPA. Por fim, uma quarta atividade complementar foi a realização de “rodas de conversas” no período noturno e onde os participantes puderam falar de seu trabalho de uma maneira informal e em ambiente externo.

Ao longo de todo o evento foram realizados registros em foto, vídeos e áudio, os quais serão utilizados na preparação de uma publicação contendo os resultados finais do processo de sistematização de experiência.

TRABALHOS DE GRUPOS TEMÁTICOS

Tema: Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas do Médio Xingu, Altamira, PA.

O projeto “Promovendo a gestão territorial sustentável e conservação da biodiversidade a partir da troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas da região do Médio Xingu, Altamira – PA” foi programado para ocorrer no período que se estende entre fevereiro de 2014 a dezembro de 2016.

O seu objetivo foi de promover a gestão territorial sustentável e a conservação da biodiversidade através da troca e valorização dos saberes e fazeres tradicionais indígenas e ribeirinhos da região do Médio Xingu, no município de Altamira – PA. Com isso esperou-se ainda fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas e entre comunidades e gestores; favorecer o aumento da biodiversidade local e a conservação *in situ* de espécies raras e endêmicas; promover usos sustentáveis da biodiversidade; identificar e registrar informações sobre o uso da biodiversidade no cotidiano de comunidades do médio Xingu; fomentar a revalorização dos hábitos alimentares tradicionais; promover a diversificação de nutrientes na dieta das famílias; e capacitar jovens agentes em gestão territorial e conservação da biodiversidade.

Entre as atividades executadas destaca-se a realização de uma “Pesquisa participante” a fim de: i) divulgar o PPI no dia-a-dia das comunidades; ii) sensibilizar e mobilizar as famílias para a participação; iii) construir um banco de dados para os órgãos gestores; iv) promover e valorizar uma reflexão junto às comunidades sobre gestão territorial e conservação, práticas e técnicas tradicionais de uso da biodiversidade. Esta ação resultou na organização de uma feira do Médio Xingu com grande diversidade e participação de mais de 10 povos indígenas e não indígenas. Há uma perspectiva de continuidade da feira.

Uma das estratégias adotadas para cumprir os objetivos propostos foi de fomentar um processo de “**Formação de agentes: o áudio e vídeo como ferramenta de sensibilização e mobilização da juventude**”. Por meio desta ação, 09 jovens foram capacitados como agentes da gestão territorial e conservação da biodiversidade. Como indicador tem-se um maior interesse desses jovens nas questões referentes à gestão territorial e conservação; e maior envolvimento e troca entre esses jovens e a equipe do projeto, e gestores e outras comunidades referentes à gestão territorial e conservação.

As oficinas ocorreram durante 3 momentos principais: a) Aldeia Paratatim e casa do Zezão na Resex (filmes que contam a história do milho, entrevistas com mais velhos e com Zezão), b) Morro Grande (Identidade e acesso a direitos, principalmente educação), c) Aldeia Paranopiona (Identidade, reflexões sobre o futuro).

Foram produzidos 07 vídeos a partir das imagens feitas pelos jovens extrativistas e indígenas, que foi uma ferramenta muito importante para incentivá-los a participar do projeto, proporcionar a reflexão sobre os assuntos e também uma forma de comunicar com as comunidades os resultados a cada etapa do projeto, já que outras formas de registro nem sempre são acessíveis a todos (informações escritas, por exemplo). Como resultado registrou-se o fortalecimento da comunicação decorrente do material audiovisual produzido.

A atividade **“Encontros de vizinhança: trocas e criação de vínculo”** pretendia fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas, e entre comunidades e gestores fortalecido. Tinha ainda o objetivo de contribuir para aumentar a biodiversidade local e conservação *in situ* além de promover os seu uso de forma sustentável e, com isso, voltar a ter uma valorização de hábitos alimentares tradicionais. Tais ações ocorreram na Aldeia Paratatim e comunidade Volta da Pedra, por meio de uma festa, na qual os extrativistas foram convidados e a aldeia se apropriou de tal forma que planejou e executou a festa. Na ocasião houve até uma discussão sobre a realização de outra festa, bem como foi possível perceber uma maior valorização dos hábitos alimentares tradicionais.

Os encontros de vizinhanças também promoveram outras reflexões e entendimentos como entre as Comunidades Pedra Preta e Baliza e os indígenas da aldeia Djuruãtí. Nesse evento houve uma reflexão sobre o uso do território de forma compartilhada e o entendimento de que existem conceitos diferentes de territórios por grupos que também são diferenciados. Além disso a compreensão de ameaças comuns externas, como os pescadores de Altamira, também foi fruto desse processo.

Entre as comunidades Humaitá, Bela Vista, Bom Jardim e a Aldeia Apyterewa aconteceu a abertura de um espaço exclusivo para as jovens das comunidades que não estavam participando de outros espaços do projeto, foi possível ainda ter uma discussão sobre identidade e estereótipos.

Os Encontros de grupos de mulheres aconteceram em vários grupos de vizinhanças (Baliza, Morro Grande e Gabiroto), principalmente com o incentivo das oficinas de produção de repelente. Houve a abertura de um espaço de mulheres que garantiu a sua participação e uma troca de saberes, além das atividades de geração de renda. A internalização da prática de reflexão/ação/reflexão por parte dos grupos é outro resultado do projeto.

No Encontro da Juventude do Xingu (Morro do Félix, casa do Seu Edmilson e Dona Elisa), cerca de 50 jovens de várias comunidades da Resex e 07 Parakanã estiveram juntos no que se chamou “Juventude do Xingu na luta por direitos, Identidade e Território”. Tal momento de troca entre gerações e vizinhos foi compartilhado por meio de histórias do Seu Edmilson, do contato e da luta pela Resex, histórias dos Parakanã de antes do contato, e por meio do relato pelo professor Xené. Com a construção de conhecimentos e reflexões coletivas foi possível uma maior aproximação entre extrativistas e os Parakanã. Em outro momento houve a Oficina de instrumentos musicais e de Rap.

Já no intercâmbio entre a juventude do Xingu, os Parakanã e os Wajãpi, a discussão estava focada na educação diferenciada, nos direitos comuns entre povos diferentes, nas estratégias de relacionar-se num território compartilhado. Houve a participação de jovens extrativistas e indígenas e uma troca de saberes e fazeres, histórias, pinturas.

Assim para “fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas, e entre comunidades e gestores” ocorreu que os indígenas passaram a ter o ICMBio como referência, uma vez que melhor entenderam as funções do órgão. O projeto possibilitou ainda que as comunidades indígenas ampliassem sua compreensão sobre o que é a Reserva Extrativista, seu histórico e processo de criação.

Do mesmo modo, os extrativistas aproximaram-se dos indígenas no sentido de compreendê-los como parceiros de direitos. Ou seja, foi fortalecida um entendimento sobre os direitos e leis que amparam povos tradicionais e indígenas, já que, apesar da proximidade física, faltava a compreensão de similaridades que envolvem os vizinhos. O diálogo entre os dois públicos sobre a gestão territorial foi facilitado e fortalecido, como exemplo, é possível citar o encontro de vizinhança (da juventude) promovido em novembro de 2014 em que jovens extrativistas e indígenas dialogaram mais concretamente sobre a proteção da única área de reprodução de tartarugas na região no Médio Xingu. Esta conversa aproximou os comunitários/as da ação coletiva de proteção de tartarugas. Portanto sugere-se que o ICMBio possa continuar apoiando e fortalecendo a ação comunitária coletiva de cuidado e gestão do Território.

Na atividade sobre os “**Quintais agroflorestais: indicadores de manejo e experimentação da biodiversidade**” os objetivos foram ter a biodiversidade local aumentada; os usos sustentáveis da biodiversidade promovidos; os hábitos alimentares tradicionais revalorizados; e a diversificação de nutrientes na dieta das famílias promovida.

O objetivo de favorecer o aumento da biodiversidade local e a conservação *in situ* de espécies raras e endêmicas pôde ser alcançado por meio dos encontros de vizinhança, já que as trocas de sementes e mudas foram favorecidas além de promovida a conservação da biodiversidade *in situ*. O ambiente dos encontros de vizinhança sempre foi de valorização dos conhecimentos e modo de vida local, o que facilitou que homens e mulheres extrativistas e indígenas expusessem seus conhecimentos e se interessassem em trocar espécies e variedades endêmicas. É possível citar, por exemplo, as atividades de recuperação das sementes crioulas e tradicionais na Resex Rio Xingu e da parceria inédita entre ICMBio “Embrapa arroz e feijão e Embrapa sorgo e milho”.

Com a utilização do banco virtual de germoplasma das duas unidades, foram pesquisadas variedades crioulas e tradicionais coletadas na região sudoeste do Pará; selecionadas as variedades o próximo passo foi um intenso diálogo com os gestores dos referidos bancos de germoplasma e, posteriormente, com as amostras enviadas, houve a seleção direta com agricultores e agricultoras da Resex Rio Xingu para a identificação de variedades que estes agricultores já haviam experimentado nos cultivos. Além disso, para a recuperação do milho crioulo foram trazidas sementes da Resex Riozinho do Anfrísio, onde há intensa produção, domesticação e melhoramento a partir de práticas e conhecimento empírico de espécies crioulas e tradicionais. Neste sentido o resultado foi que mais de 10 famílias ao longo do beiradão do rio Xingu estão produzindo sementes de milho crioulo e outras duas tem produção de arroz crioulo. As sementes de arroz, definitivas, ainda estão em fase de envio pela Embrapa. Também foram recuperadas sementes de milho tradicional junto aos Parakanã

de Apyterewa e Paranopiona. O trabalho possibilitou ainda a investigação e uma vivência indigenista onde houve relatos dos anciãos sobre as sementes de milho e outras, a partir da identificação das variedades. Percebeu-se que o milho Araweté possuía história também entre os Parakanã. Tais resultados foram tão exitosos que, em 2015, a roça de milho da aldeia Apyterewa superou as expectativas, servindo de alimento para toda a aldeia e ainda há sementes usadas para alimentação de animais.

Com vistas a promover usos sustentáveis da biodiversidade foi possível promover um maior interesse dos mais jovens pelo uso sustentável da biodiversidade. Quinze eventos de formação junto à juventude da Resex e indígenas das etnias Araweté e Parakanã foram realizados. Nestas formações foi enfatizado os usos do território, seu cuidado e gestão, os saberes referentes ao uso e manejo sustentável da biodiversidade, todos tomados como temas norteadores.

Já para identificar e registrar informações sobre o uso da biodiversidade no cotidiano de comunidades do médio Xingu houve a sistematização por meio de registros fotográficos, descrição em relatórios e através do registro em documentários nos quais participaram os jovens indígenas e extrativistas. O projeto produziu 07 filmes, sendo 02 deles (Araweté – Paraxim: “a semente tradicional de awaty” e “visita à roça de Maria”) destinados exclusivamente à este olhar. O primeiro registra as histórias contadas por anciãos sobre o milho tradicional Araweté e o segundo registra a diversidade e o saber contido na roça mais diversificada da RRX, segundo diagnóstico dos agroecossistemas de 2013, a roça de D. Maria Rosa da Luz.

Para fomentar a revalorização dos hábitos alimentares tradicionais foi com a convivência com as famílias extrativistas que se identificou que os hábitos alimentares ali são tradicionais, seja por determinantes de condição – distância dos mercados e fartura de alimentos da mata, roça e rio, ou por questões de gosto e costume. Portanto a “tradicionalidade” pode ser visibilizada por meio do que o ecossistema oferece, e a convivência com ele, ou seja, a geração do saber vem com o que se designa por sabor. “Sem saber não há sabor”. Portanto, os saberes acerca do manejo da biodiversidade, o cuidado e a defesa do Território, pelo saber e assim se tem a garantia do sabor.

Sobre a necessidade de promover a diversificação de nutrientes na dieta das famílias, o projeto permitiu acompanhar a implantação de hortas nas escolas e em unidades de produção familiares da Resex Rio Xingu. As hortas, por sua vez, contribuíram para a diversificação de nutrientes na dieta alimentar existente nas escolas e das famílias. Tal atividade deve ter continuidade pois trata-se de uma oportunidade para o ICMBio trabalhar educação ambiental nas escolas da Resex.

No que se refere a atividade de capacitar jovens agentes em gestão territorial e conservação da biodiversidade, o número de jovens capacitados superou o esperado, sendo que do total participaram mais de 100 jovens entre extrativistas e indígenas. Tais formações foram tão exitosas, que surgiu o grupo “Juventude do Xingu”. E ainda, houve o fortalecimento da relação de amizade entre jovens indígenas e extrativistas. Atualmente é perceptível a interação e inserção da juventude nos espaços políticos de gestão da UC. O exemplo de tal impacto pode ser visto por meio dos jovens com participação importante na AMOMEX – Associação dos Moradores do Médio Xingu, no conselho gestor da UC e entre os indígenas representantes de conselhos, entre outras representações.

Entre os êxitos do projeto, portanto, é possível citar que a equipe conseguiu envolver diversos atores das comunidades extrativistas e indígenas que foram se formando no processo e se apropriando dos espaços promovidos. Os jovens são os que melhor aproveitaram tais resultados, mas também foram formados grupos de mães e foram ouvidos e envolvidos os anciões das comunidades que são detentores dos saberes, fazeres, sementes e conhecimentos dos territórios.

Além do Arranjo institucional que foi favorecido pelas atividades, destacam-se a importância de ter uma consultoria principal do projeto, de ter como colaboradores eventuais aquelas pessoas mais próximas da realidade do território, tais como como extrativistas de outras Resex, pessoas ligadas a movimentos populares, indigenistas independentes, etc.

Importante ainda foi ter envolvido os gestores de outras UCs em diversas atividades do projeto, pois o aprendizado foi mais institucionalizado, as lições aprendidas foram compartilhadas.

Como **ponto negativo** é preciso destacar que houve limitação quanto à utilização das bolsas para trabalhar com os jovens, por ausência dessa rubrica. A resistência com esse tipo de atividade/projeto que implica em fortalecimento comunitário, contratação de consultores/colaboradores extrativistas/moradores das Resex e indígenas, e de valorização do conhecimento tradicional, dentro do próprio ICMBio também é fator limitante, além de existir certo engessamento institucional para o tema e atividades voltadas à gestão integrada.

Entre as **oportunidades** surgidas com o projeto destaca-se o fortalecimento da organização social de acordo com as relações e matriz cultural pré-existentes nas comunidades. Ou seja, enfatizou-se a organização por parentesco/compadrio, vizinhança, geração – juventude – gênero e etc, para promover os grupos de mulheres, as vizinhanças por microrregião e seu diálogo com as aldeias também vizinhas, os compadres e as comadres, os parentes, os jovens, todos que, a seu modo, refletem a forma qual as comunidades já se organizam no território. Vale, portanto, observá-las e respeitá-las.

Sobre a agrobiodiversidade destaca-se que, além da importante parcela bem conservada existente entre as comunidades do Xingu e do Médio Xingu com suas variedades de mandioca, milho, banana, urucum, pimenta, jerimum e outras tantas que precisam ter sua conservação *in situ* valorizada e estimulada, foi possível despertar maior interesse entre alguns agricultores. Eles demandam, ultimamente, um selo especial do ICMBio que ateste a origem do produto – de Resex- e de que estão livres da adição de venenos. Importante recomendação para que ICMBio encontre formas de valorizar tal produção e encontre um lugar diferenciado para a sua comercialização na região. Sabe-se da importância em envolver as UCs nos mercados regionais com produtos sustentáveis, aproximando as economias e contribuindo para outros modos de pensar relativos à conservação das florestas. Esses aspectos foram fortalecidos por meio da realização da *I Feira dos povos do Médio Xingu* na cidade de Altamira, uma parceria do ICMBio e Funai, que foram muito importantes para a consolidação das UCs e áreas protegidas da região.

Na relação entre o ICMBio e os indígenas é importante salientar que o PPI foi apropriado por eles como uma nova maneira de estabelecer trabalhos junto à suas comunidades. Isso abre precedentes para o contínuo diálogo, desde que se considere o respeito à diversidade

indígena, seus modos de vida e visão de mundo e, conseqüentemente, as relações que tais populações estabelecem com os Territórios. A aproximação das UCs com as TIs no Médio Xingu é assunto pungente, para isso o contínuo diálogo entre Funai e ICMBio é fundamental.

Entre as dificuldades e desafios enfrentados estão o uso de adubos químicos incentivados por parceiros das comunidades extrativistas e adoção de sementes não tradicionais em ações do Plano Básico Ambiental nas aldeias. Há também outros conflitos que foram identificados: os identitários como a evasão de jovens para a cidade, ações da Norte Energia que causam desarticulação da organização tradicional das comunidades indígenas, mudança nos hábitos alimentares e até mesmo conflitos. A sobrecarga de atividades de parceiros das comunidades indígenas e extrativistas também é outro agravante na região.

Vigilância indígena dos Territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão, TO.

O contexto do entorno do Parque Estadual do Cantão, no Tocantins, é repleto de conflitos. Trata-se de uma área onde ocorre sobreposição com Terras Indígenas e há limites territoriais estabelecidos por rios e igarapés. Com isso a questão dos estoques pesqueiros no entorno do parque e dentro das terras indígenas está sob ameaça. As instituições perceberam tal problema e carregados com tal preocupação resolveram realizar ações para que tal problema, que acontece fortemente no entorno, não avance os limites do parque estadual.

A partir desse contexto foi pensado que havia uma oportunidade para encontrar alternativas conjuntas de forma que se encontre saídas para não acabar com os estoques pesqueiros da região. Em conjunto, gestores estadual e federal, do parque estadual do Cantão e do parque do Araguaia realizaram uma consulta aos povos indígenas da região para atuarem e tentarem resolver tal problema. De forma consensual passaram a discutir a possibilidade de implementar um projeto com as comunidades indígenas para acordar formas de ordenamento pesqueiro. Com isso foi percebido que havia a preocupação entre os indígenas para proteger lagos dentro das terras indígenas. A partir dessa situação o projeto foi pensado com a ideia inicial de enfatizar o ordenamento pesqueiro e formas de proteção territorial de predações externas.

Assim o projeto “Vigilância indígena dos Territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão” foi executado, entre novembro de 2013 e junho de 2016, pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Parque Estadual do Cantão, ICMBio, Parque Nacional do Araguaia, FUNAI e comunidades indígenas Inãwebohona e Utaria Wyhyna/Iródo Irãna.

O seu objetivo estava em proteger os estoques pesqueiros através da consolidação da parceria já existente entre instituições do governo federal e estadual, incluindo as comunidades indígenas do entorno do Parque. Outros objetivos previstos foram de eliminar a pesca furtiva no interior do Parque; criar uma relação amistosa com estas comunidades; supervisionar e apoiar as comunidades a realizar atividades de vigilância; fortalecer o processo de ordenamento pesqueiro das comunidades do entorno do Parque; aperfeiçoar o trabalho integrado entre os órgãos que atuam na região.

Para eliminar a pesca predatória dentro e no entorno do Parque, a estratégia adotada foi de promover o ordenamento pesqueiro mediante a implementação da vigilância no território

indígena, com isso esperava-se garantir a sobrevivência das comunidades ribeirinhas e indígenas bem como a conservação da biodiversidade.

Para alcançar o objetivo proposto o projeto apoiou a realização da oficina “Capacitação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas”, para povos indígenas que foram capacitados e poderiam atuar no monitoramento e vigilância de terras indígenas e entorno do Parque Estadual do Cantão. A atividade ocorreu em 2013 e foram capacitadas 33 pessoas de sete aldeias das etnias Javaé e Karajá que receberam noções básicas de monitoramento e vigilância do território indígena.

Outra ação de capacitação ocorreu, sobre gestão de conflitos e criação de diálogos sobre acordos de pesca, e 15 indígenas participaram. Nessa oportunidade foi possível identificar conflitos entre as próprias comunidades e destas com as instituições.

Como resultado principal houve avanço na construção de diálogos sobre a criação dos acordos de pesca entre comunidades indígenas Javaé e Karajá. Tais acordos não foram delineados precisamente, mas se chegou a alguns pactos.

Entre os aprendizados é possível perceber que a forma ideal é proporcionar que cada aldeia pode construir seu acordo.

Outra questão que deve ser considerada ao elaborar propostas que envolvam comunidades é não criar expectativas que não podem ser cumpridas como a aquisição de equipamentos que justamente poderiam empoderá-las em ações de vigilância. Tal atividade não pode ser executada e isso gerou frustrações. Os problemas aconteceram quando era necessário fazer aquisições de equipamentos para atividades de vigilância que estavam previstos e acordados. Com a lentidão do processo burocrático, houve frustração. Ao não adquirir tais equipamentos as atividades centrais, de vigilância territorial, acabaram sendo inviabilizadas. Os indígenas afirmam a determinação de que é necessário regularizar o turismo, por outro lado, a questão da manutenção equipamentos, que deve ser contrapartida das associações poderia onerá-las, já que muitas delas não tem condições com arcar com determinados custos. Com isso as expectativas dos indígenas foram frustradas com a não chegada dos equipamentos. Por outro lado, a realização de algumas ações de vigilância demonstrou que o tema é mobilizador para as comunidades da região.

Ainda assim entre os resultados é possível destacar que houve um aumento da mobilização para fins de vigilância o que inclui aumento do número de denúncias para fiscalização. Mas o turismo ilegal não diminuiu e os acordos de pesca não foram concluídos, mesmo com a elaboração de TAC intermediários de ordenamento de pesca.

Proteção conjunta entre Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do entorno (Alto Rio Purus e Mamoadate).

O projeto Proteção conjunta entre Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do entorno (Alto Rio Purus e Mamoadate) foi executado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, no período de duração de agosto de 2014 a julho de 2016.

Localizado no estado do Acre entre os municípios de Manoel Urbano (69%), Santa Rosa do Purus (24%) e Sena Madureira (7%), o parque Estadual Chandless foi criado em 2004 com 695.303 ha.

Há 11 famílias residentes dentro do PEC e o seu entorno faz limite com a TI Alto Purus (etnias Huni kui e Madija) ao norte, TI Mamoadate (etnias Manchineri e Jaminawa) no sul, a oeste o Parque Nacional Alto Purus (Peru) e leste com a Resex Cazumbá Iracema.

As discussões sobre gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas é tema constantemente fortalecido no âmbito do governo do estado, na sociedade civil e com os próprios indígenas. Nas duas Terras Indígenas ocorrem ações para implementar seus planos de gestão e, entre seus temas, está o olhar e agir com e para o entorno.

Nesse contexto insere-se as atividades do plano de ação, executado pela Secretaria de Meio Ambiente do estado, em parceria com a FUNAI, com o foco de fortalecer a gestão do Parque Estadual Chandless, além de delinear estratégias em parceria com outras instituições e povos indígenas do entorno para a conservação da sociobiodiversidade da região.

Os objetivos da proposta eram de conversar sobre: a permissão do acesso aos recursos naturais aos povos indígenas e comunidades não indígenas em áreas de importância social, econômica e cultural, por meio de estabelecimento de acordos comuns; minimizar conflitos socioambientais entre gestão, moradores do Parque Estadual Chandless e povos indígenas do entorno; promover a participação de indígenas e comunidade não indígena na gestão da UC; e realizar atividades conjuntas de qualificação de informações referentes a comunidades indígenas isoladas na região de intersecção do Parque com a TI Mamoadate.

Entre as atividades que foram realizadas na região da TI Alto Rio Purus e comunidade do Parque, a estratégia central incidiu na mobilização dos moradores da região. Assim os moradores do próprio e indígenas do entorno, por meio da realização de reuniões, discutiram o Parque, a TI, a gestão e o papel das populações locais na proteção e uso dos recursos naturais locais. Foram realizadas três oficinas: uma com indígenas na TI, outra com moradores no PEC, e a última com moradores e indígenas na sede do PEC, onde foi possível perceber a necessidade de tal mobilização.

Na conversa com os moradores, além de serem abordados os temas citados, foi possível entender que era preciso ouvir mais sobre as visões que eles tem sobre a existência do parque, com ênfase nos eixos da saúde, educação, uso dos recursos naturais, produção agrícola, história das famílias, entre outros. Mais de 100 pessoas participaram das atividades na TI Alto Purus.

Entre as ações na TI Mamoadate foi realizada uma importante discussão para sensibilizar os indígenas acerca da existência do PEC, uma vez que não se utilizam diretamente da UC, bem como sobre o trânsito que indígenas em isolamento voluntário fazem na região.

Como desdobramento da oficina realizou-se uma expedição para qualificação participativa de áreas utilizadas por comunidades indígenas isoladas nas zonas de intersecção do PEC com a T.I. Mamoadate. O fruto dessa ação gerou a qualificação e constatação da existência de 13 tapiris nas cabeceiras de um dos afluentes do rio Chandless.

As ações do projeto também implicaram sobre determinados arranjos institucionais tais como as parcerias construídas com as associações indígenas das TIs, com a FUNAI por meio da coordenação regional Alto Purus, coordenação técnica local de Santa Rosa do Purus e a coordenação etnoambiental rio Envira. As instituições igualmente importantes como Comissão Pró-índio do Acre, Federação Nações Indígenas de Madre de Dios e indígenas Yne

de Monte Salgado- Peru, Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre, foram fundamentais para a execução das ações do plano e também para o prosseguimento de estratégias iniciadas com esse componente do programa ARPA.

Entre os pontos importantes destacam-se as oportunidades estabelecer relações com moradores do entorno e de dentro do parque anteriormente não construídas, além de desenvolver ações inovadoras no modelo de gestão a partir do estreitamento de relações com a FUNAI, em favor do monitoramento de trânsito de indígenas em isolamento voluntário na área sul do PEC, que faz interface com a TI Mamoadate. A possibilidade de apoiar de forma direta algumas necessidades no âmbito da educação, moradia e produção sustentável que foram priorizados pelos moradores da UC a partir das ações elencadas nas reuniões, e ainda o maior empoderamento de indígenas Madijá no processo de discussões relativos aos interesses da TI, muitas vezes negligenciados das discussões externas foram ganhos de extrema relevância no contexto das ações executadas.

Entre as dificuldades enfrentadas e desafios foi identificado que há necessidade de aproximar indígenas Huni Kui que moram na área norte da TI Alto Purus, e que embora não tenham relações mais estreitas com as áreas do PEC também compartilham a TI com os Madijá. E, dada a peculiaridade dessa TI, a mais populosa do Acre com cerca de 50 aldeias, permanece o desafio logístico e estrutural para conduzir encontros com cerca de 200 pessoas, o que pode ser tratado como um dos próximos passos de nossa estratégia.

Implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas do Boqueirão, Aningal e Mangueira no entorno da Estação Ecológica de Maracá. RR.

A Estação Ecológica de Maracá é uma unidade de conservação federal de proteção integral administrada pelo Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade criada em 1981 e localizada no médio rio Uraricoera. A área protegida é de 103.976,48 hectares na transição dos ecossistemas de floresta e lavrado (savana).

O Projeto foi implementado pelo Órgão Gestor, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em parceria com o Conselho Indígena de Roraima. As Comunidades indígenas envolvidas foram do Aningal, Vida Nova, no município do Amajari; e Mangueira e Boqueirão, município do Alto Alegre. Contou com apoio técnico da Fundação Nacional do Índio-FUNAI e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA. As atividades aconteceram no entorno imediato da Estação Ecológica de Maracá, com indígenas que pertencem as etnias Macuxi e Wapixana, sendo que na TI Aningal encontram-se também indígenas da etnia Sapará.

Os projetos tiveram início no final de 2014 nas quatro comunidades indígenas, que embora possuam organizações semelhantes, apresentam diferenças internas relacionadas ao grau de envolvimento comunitário, atuação das coordenações locais, além dos problemas diversos que imprimiram ritmos diferentes para cada uma das comunidades no que diz respeito a execução das atividades.

Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação foram pensadas e realizadas para nortear cada fase da implementação das atividades sustentáveis que foram priorizadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das comunidades indígenas.

As comunidades indígenas Mangueira, Vida Nova e Aningal decidiram pela implantação de viveiros com sistema de irrigação para produção total de 33 mil mudas nativas. Já a comunidade do Boqueirão desenvolve a piscicultura de tambaqui (*Colossoma macropomum*) em dois lagos já existentes.

Os objetivos estabelecidos foram incentivar o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas; prevenir e iniciar a recuperação de danos ambientais; apoiar a proteção territorial; fortalecer a governança e participação indígena, apoiando a capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

No decorrer do processo aconteceram alguns problemas. No que se refere as atividades da piscicultura na Comunidade Boqueirão, o fenômeno El Niño, em Roraima, foi o mais forte de todos os tempos. A estiagem reduziu bastante a metragem quadrada (lâmina d'água) dos dois tanques, deixando um deles em situação inapropriada para criação de peixes e outro necessitando de um aerador para incorporação de oxigênio na água. Para solucionar tal questão foi adquirida uma forrageira que não estava prevista. Era necessário confeccionar ração alternativa com produtos produzidos dentro da terra indígena visando diminuir custos da produção. Com isso foi realizada uma Oficina e os indígenas já pensam na comercialização do pescado agregando valor, uma vez que o peixe só se alimenta de ração produzida localmente que é isenta de qualquer tipo de aditivo externo.

No que se refere ao Viveiro Irrigado da Comunidade Vida Nova, a energia que abastece a localidade não era suficiente para fazer funcionar a bomba de irrigação, foi necessária a aquisição de um transformador de energia de 10 kva e poste de concreto. O serviço de instalação do transformador ficou a cargo da comunidade com apoio das Centrais elétricas de Roraima (CERR), sem mais custos para o projeto PPI. Tal aquisição terminou gerando benefícios não apenas para a produção do viveiro, pois o problema foi resolvido e com a instalação de outro transformador melhorou a distribuição de energia e a sua disponibilidade para a comunidade.

O Viveiro Irrigado da Comunidade Aningal, por sua vez, também precisou da aquisição de uma bomba à diesel de 10 cv., pois a distância do igarapé até o local do viveiro chega a 400 metros inviabilizando o funcionamento da bomba elétrica adquirida pelo PPI.

No Viveiro Irrigado da Comunidade Mangueira aconteceu que mudas de café foram incluídas na produção, mas a CONAB afirmou que não mais compraria as mudas da comunidade, gerando desânimo, o que foi revertido com a busca de outros mercados.

A parceria com o Conselho Indígena de Roraima foi fundamental para o desenvolvimento dos projetos. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA apoia tecnicamente os viveiros, e a FUNAI, em menor grau apoia a piscicultura. Para o funcionamento dos viveiros, o projeto ARPA acabou ajudando na solução de problemas antigos como o caso da energia elétrica insuficiente na comunidade Vida Nova e da falta de água para atender a escola na comunidade Aningal.

Gestão Territorial do mosaico: REBIO Gurupi e Terras Indígenas. MA.

O objetivo do projeto estava em fortalecer a proteção do mosaico formado pela REBIO Gurupi e Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu, por meio de ações de fiscalização, pesquisas e

integração com indígenas. O período de execução do projeto foi de setembro de 2014 a dezembro de 2016.

A equipe foi composta por uma parceria entre diversas instituições tais como FUNAI, INPE, Museu Emilio Goeldi, ICMBio, MPEG, UFSCAR, UNB e INIFESP.

No que se refere ao aspecto das ações de fiscalização, houve a formação de comitê de ações estratégicas de fiscalização do mosaico cujos resultados são o planejamento de ações conjuntas entre IBAMA, ICMBio e Polícia Federal no combate ao desmatamento do mosaico. A região tem um histórico de grande desmatamento com a presença de serrarias e de madeireiros que atuam de forma até indiscriminada, interditando inclusive rodovias.

Mas há quem esteja no movimento contrário como o caso dos Guardiões da Floresta que são os indígenas Kaapor, Guajajara e Awá que fazem vigilância de seus territórios e são importantes atores para ações estratégicas de fiscalização do mosaico.

O componente da Pesquisa permitiu que fossem realizadas ações tais como a formação de um Comitê Pesquisa-Ação do Mosaico, identificação de biodiversidade e áreas de interesse dos Awá para recuperação ambiental e ainda elaborar um Mapa de Uso e identificação de espécies vulneráveis para conservação. Algumas dessas atividades previstas não foram concluídas, mas entre os resultados é possível apresentar uma lista de espécies de plantas de interesse para recuperação identificadas pelos Awá como Ipê, jatobá, massaranduba, pequiá, bacuri, bacaba e açáí. O quadro a seguir apresenta as espécies de uso dos Awá.

Roça	Caça	Pesca	Coleta
Macaxeira	Macaco Capelão	Piranha	Bacaba
Mandioca	Porco queixada	Piau	Inajá
Abóbora	Quati	Mandii	Jussara
Arroz	Cotia	Surubi	Bacuri
Milho	Jabuti	Poraquê	Pequiá
Batata	Jacú	Tambaqui	Babaçu
Feijão	Veado	Curimatã	Andiroba
	Anta	Sardinha	Copaíba
	Tatu	Pacú	Jatobá
	Paca	Arraia	Cupuaçú
	Saimiri		Tucum
	Porco do mato		Sapucaia
	Tamanduá		
	Mutum		
	Aracuã		

No que diz respeito a ações de integração, ainda não foi possível promover a integração dos indígenas das Tis Awa, Carú e Turiaçu com a gestão da REBIO Gurupi, mas foram realizadas 2 expedições à TI Awá e um seminário do mosaico.

Com isso foi possível perceber que a gestão territorial do mosaico com a proposta de realizar pesquisa como mecanismos de integração e fiscalização com vistas a proteger esse mosaico, foi um passo importante para dar início a uma aproximação com os indígenas. Mesmo sendo importante para a gestão, mas é parte de um processo que ainda está em

construção uma vez que os inimigos são comuns na região, por isso é importante trabalhar juntos.

Os apoios dos parceiros foram importantes, pois muitos deles contribuiriam na articulação com indígenas, assim a abrangência do projeto foi maior por conta das parcerias.

Uma das pautas presentes em toda a execução era considerar a recente desintrusão do território dos Awá, daí a necessidade em identificar áreas prioritárias a partir do olhar indígena e da conservação da biodiversidade. Como os Awá são indígenas de recente contato, e foi identificado que as suas atividades estão voltadas para o extrativismo e a caça, pouco agricultores, o fato é que eles precisam de áreas para andar. Com isso produzir mudas ou construir viveiros teria poucos resultados. Outra questão importante foi identificar que é preciso ter maior qualificação para o trabalho com indígenas, a cultura é diferente. Assim é necessário ter qualificação e a parceria é importante.

Outro resultado importante e que ainda está em processo de elaboração é a produção de um artigo sobre a Amazônia Maranhense e sua situação crítica frente a forte atuação de madeireiros na região. O artigo trata do contexto da redução da cobertura vegetal na região. As atividades que vão do desmatamento, a retirada de madeira, lenha para posterior instalação da pecuária. Há vários autores envolvidas e o artigo que deve ser proposto e apresentado ao Ministério Público Federal e Estadual, bem como para os governos estadual e federal, mas está sendo elaborado pela universidade do Maranhão e outros parceiros igualmente importantes. Trata-se de um instrumento técnico científico e há uma expectativa de que a sua repercussão contribua para melhorar a gestão no território do mosaico.

Outras articulações resultantes do processo foram com guardiões da floresta Kaapor para pensar ações estratégicas conjuntas. Eles já manifestaram interesse na conversa. Há muitas áreas abertas na região que hoje é menos de 30% de cobertura do que era a original. Com isso a situação para a região é muito crítica, e cada um, isoladamente, não se sustenta sozinho, tem que trabalhar junto. Outro aprendizado foi perceber a importância das experiências de fortalecer as comunidades indígenas e vizinhos, pois tanto eles quanto a instituição podem ser fortalecidos e conseqüentemente a própria gestão da UC também.

Lições aprendidas

Gestão integrada

No PPI as Resex do Rio Xingu uma das lições mais importantes esteve relacionada ao potencial da gestão integrada do território envolvendo terras indígenas e unidades de conservação considerando a gestão do território complexo e dinâmico. Houve um processo de gestão integrada do território gerido por instituições e povos diferentes (ICMBio e Funai, indígenas e ribeirinhos). A estratégia adotada para tanto foi tornar evidente os aspectos positivos das relações entre os diferentes povos, abstraindo o que poderia ser motivo de conflitos. Resex adotou tais ações como parte do seu planejamento, ao mesmo tempo em que o projeto também se adaptou à realidade da gestão da Resex.

O maior aprendizado foi buscar olhar e entender o território a partir de quem faz a sua gestão na prática, no dia-a-dia. Um aprendizado importante é fortalecer as boas relações, tirando o foco do conflito. Os acordos formais em detrimento de acordos pré-existentes implicam,

muitas vezes, em repensar qual é o papel do Estado. Ações do Estado podem, muitas vezes, trazer desunião quando tendem a intensificar conflitos ao invés de resolvê-los. Cada microrregião tem suas regras que também não são estáticas e podem estar carregadas de simbolismo, todas precisam ser respeitadas, portanto.

Outra importante lição foi que, além do fortalecimento de vínculos entre os indígenas e extrativistas, é imprescindível maior aproximação da Funai e ICMBio para a gestão territorial sustentável do território do Médio Xingu.

Uma vez que o reconhecimento do território através das Resex é uma vitória, não é possível desconsiderar que a institucionalização da gestão territorial é muito complexa e deve ser implementada por meio de um entendimento maior da realidade e de ações realizadas a partir do contexto e realidade das comunidades.

Protagonismo indígena na proteção territorial

No Parque Estadual do Cantão uma das lições aprendidas teve a ver com o foco na proteção, que teve grande aceitação junto as comunidades porque o tema envolve todos. A questão do reconhecimento do protagonismo indígena também foi uma importante lição que gestores locais aprenderam e entendem que outros gestores deveriam aprender. A questão do investimento na capacitação também se mostrou importante. Ao mesmo tempo foi fortemente aprendido que elaborar um Projeto dependente de aquisição de determinados bens, sem garantia do cumprimento dos prazos, pode ser muito problemático, pois cria certas expectativas que não podem ser cumpridas.

Construção de espaços de diálogo

O PPI do Parque Estadual Chandless gerou como aprendizado que os processos da gestão da UC devem ter como referência a forte demanda de promover maior conversa com quem de fato vive na região. Essa relação deve ser estreitada, uma vez que, além do objeto de conservação *stricto sensu* da criação da UC, tem-se a oportunidade de aproximar o estado e suas ações na vida dessas pessoas. Do ponto de vista da melhor gestão, é imprescindível entender o significado dessas áreas para quem de fato vive nela, e esta é a maior lição que o projeto possibilitou.

A estratégia de gestão integrada implica em aumentar a rede de parceiros de forma a garantir uma presença mais constante na região. É preciso também construir mais espaços de diálogo para ampliar a compreensão do outro (instituições e comunidades) bem como garantir a governança por meio da participação de representantes locais. Para isso os projetos devem ter certa abertura e flexibilidade para promover a participação e para garantir o protagonismo das comunidades nas tomadas de decisão. Outro aprendizado obtido é de a construção de acordos podem tomar mais tempo do que o projeto prevê. É preciso respeitar o tempo das comunidades nesses processos.

Parcerias na implementação da PNGATI

Na ESEC Maracá se reconhece a importância das ações que ajudem na implementação da PNGATI e do plano de manejo da UC. Por meio do fortalecimento das parcerias é possível

ampliar os resultados do projeto inclusive daqueles que não estavam previstos. Também na Rebio Gurupi o trabalho de parceria teve mais abrangência e qualidade.

Tema: Manejo e Conservação de Recursos Naturais

Conservação de Quelônios no Rio Ituxi, AM

Diante da conjuntura de lutas pela terra desde os anos 1990 até meados de 2008, a preservação dos quelônios ganhou força com a criação da RESEX Ituxi e com o envolvimento da associação APADRIT em torno desta atividade. Em 2008, os moradores das comunidades Vila Vitória e Mangutiari iniciaram um projeto de conservação de quelônios denominado “Projeto Preservida” e os primeiros tabuleiros começaram a ser protegidos na comunidade Vila Vitória (praia do Gregório). A ideia surgiu de uma troca de experiência entre moradores do rio Ituxi com as comunidades do rio Purus que já realizavam ações em torno da conservação dos tabuleiros.

O projeto de conservação de quelônios vem sendo desenvolvido desde 2008 e consiste em proteger tabuleiros e ninhos de quelônios e, posteriormente, na soltura de filhotes. A percepção por moradores de outras comunidades de que o projeto provocou um aumento no número de desova e de animais avistados os levou a demandar apoio do ICMBIO para o estabelecimento de outros tabuleiros de desova em pontos distintos da unidade de conservação. Neste contexto, o plano de ação do ARPA intitulado “Conservação comunitária de quelônios na Reserva Extrativista do Rio Ituxi” teve por objetivo apoiar essas comunidades no estabelecimento de atividades que contribuam para a preservação das espécies de quelônios ocorrentes na região e, ao mesmo tempo, envolver as comunidades no processo de gestão e tomada de decisões, bem como fortalecer as instituições comunitárias para o manejo.

Atualmente a RESEX tem sete tabuleiros protegidos pelas comunidades Mangutiari, Vila Vitória (primeiras comunidades a participarem da iniciativa de conservação de quelônios no rio Ituxi), Praia Alta, rio Punicici, rio Siriquiqui e Cajajuriam (que entraram posteriormente, via ARPA, devido a sensibilização gerada).

Em 2014, por meio do projeto, foi realizado um intercâmbio entre lideranças de RESEX Ituxi e as comunidades da RESEX Médio Purus que já vinham trabalhando com a conservação dos tabuleiros de quelônios. Em razão da degradação dos tabuleiros do Rio Ituxi, a estratégia de repovoamento adotada foi de transferir indivíduos jovens das praias do Rio Purus e fazer a soltura no interior da RESEX Ituxi. No total foram resgatados 4.470 filhotes de tartaruga nas comunidades Nova Brasil e Bananal, na RESEX Médio Purus, que por sua vez foram soltos em lagos e rios da RESEX Ituxi. Deste total, em 30% dos filhotes foi usada uma metodologia piloto de marcação com identificação no casco, para posterior acompanhamento e monitoramento.

A tartaruga da Amazônia encontra-se em extinção na área da RESEX, e em 2014 apenas cinco indivíduos foram observados desovando no interior da UC. Por conta deste quadro, cerca de 9.000 tartarugas jovens foram soltas nos lagos e no Rio Ituxi ao longo do projeto. Existe a expectativa de que pelo menos uma parte desses indivíduos voltem para desovar na RESEX.

Uma oficina sobre “Manejo e conservação de quelônios” foi realizada em 2015 e permitiu a capacitação de 16 monitores das sete comunidades onde existem tabuleiros (Praia Alta, Floresta, Morada Nova, Volta do Bucho, Cajajuriam e Cabeçudo). O público da oficina incluiu ainda dois representantes da organização não-governamental Instituto Desenvolver, responsáveis pela mobilização prévia da oficina e por ministrarem o conteúdo técnico-prático do curso, uma engenheira e um técnico de pesca do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), o gestor da RESEX Ituxi do ICMBio e os comunitários. As atividades de soltura são sempre acompanhadas por crianças de escolas da unidade de conservação e possuem um enfoque de educação ambiental.

Também foi realizado um treinamento dos vigias de praias para o preenchimento de fichas com dados de monitoramento. Essas informações são posteriormente enviadas ao IBAMA ou ficam com as lideranças das comunidades. O treinamento incluiu outras atividades de manejo, como a transferência de ninhos para locais mais seguros, acompanhamento dos nascimentos, contagem dos filhotes, limpeza das covas, cuidados no berçário e soltura.

Manejo do Pirarucu no Rio Unini, AM

O projeto “Manejo do Pirarucu – Alternativa de Renda e Estímulo à Organização Comunitária, Gestão Participativa e Uso Sustentável dos Recursos no Rio Unini” tem por objetivo qualificar comunitários e organizações locais para implementação do manejo do pirarucu na RESEX do Unini. O manejo do pirarucu é uma alternativa de geração de renda que une o conhecimento tradicional ao conhecimento científico para a utilização sustentável do recurso a longo prazo.

Por meio do projeto foi elaborado um regimento interno pelos manejadores, que estabelece as regras para participação e realização da atividade. Este regimento foi elaborado ao longo das reuniões de avaliação e planejamento das atividades que contaram com a participação de aproximadamente 120 pescadores somando-se todas as reuniões.

Foram oferecidas 6 (seis) oportunidades de intercâmbio aos manejadores com pescadores da RESEX Baixo Juruá, RDS Mamirauá, Instituto Mamirauá e Instituto Piagaçú Purus; 14 pescadores participaram de eventos de intercâmbio de experiências, seminários e cursos afins à temática sobre manejo de pirarucu. Os intercâmbios se mostraram como oportunidades essenciais para a qualificação e incentivo aos pescadores.

Em termos de geração de renda, 30 famílias de 7 comunidades foram beneficiadas com os recursos advindos da comercialização do pescado em 2013. Os recursos provenientes da pesca em 2015 foram guardados pelos pescadores com o intuito de juntarem e comprarem um barco próprio, para que não dependam mais de frete de embarcação para realização do manejo. Esta proposta beneficiará inúmeras famílias, na medida em que este barco poderá ser utilizado para escoar outros tipos de produção provenientes do Rio Unini. Esta decisão dos pescadores evidenciou o nível de organização e amadurecimento dos manejadores enquanto grupo organizado que aposta nesta alternativa de renda.

As atividades do PAS contemplaram diversos cursos de capacitação para os manejadores, a saber: curso de monitoramento da pesca e utilização de GPS para 9 (nove) comunitários, realizado pela equipe da RESEX em parceria com a SEMA/AM; curso de noções básicas de computação e navegação na internet para 31 comunitários, realizado por consultora do

SEBRAE; curso de formação de agentes ambientais voluntários para 36 pescadores, realizado pela SEMA/AM; curso de educação para o manejo para 28 pescadores realizado pelo IDSM Mamirauá; curso de capacitação em contagem de pirarucu em lagos para 4 (quatro) pescadores e curso de certificação em contagem para dois pescadores, realizados no Instituto Mamirauá e Instituto Piagaçu Purus.

Os pescadores, ao longo do projeto, alcançaram uma conquista importante para o rio Unini: se organizaram para realizar a vigilância do rio. Reformaram o flutuante da AMORU (Associação de Moradores do Rio Unini) e o posicionaram estrategicamente na margem do Rio descoberta pela vigilância do ICMBio. Desta forma, em grupos que se revezam ao longo das semanas de seca em que a pressão pelos recursos do Unini aumenta, iniciaram a vigilância em 2015. De acordo com as declarações houve diminuição substancial das invasões no Rio Unini.

Importante ressaltar a participação das mulheres no projeto de manejo do pirarucu. Mesmo não desempenhando papel de pescadoras, as mulheres foram essenciais em diversas etapas do trabalho: do preenchimento das planilhas de monitoramento à organização financeira e ajuda nas decisões do grupo, passando pela cozinha de apoio e representação dos manejadores em eventos - a atividade não teria tido tanto sucesso sem o envolvimento das mulheres.

Em relação ao acompanhamento e monitoramento as atividades do pesca e contagem pela equipe gestora, foram realizados 16 dias de trabalho de campo para o acompanhamento em 2013, e 13 dias em 2015. A equipe esteve presente também em todas as reuniões de avaliação e planejamento.

No que se refere à divulgação da experiência, foram confeccionadas 100 camisetas e 100 bonés entregues aos manejadores. Também foram confeccionados 5 banners de divulgação da experiência, que foram entregues aos estabelecimentos que comercializaram o pirarucu manejado. Foi utilizado o facebook para divulgar as notícias sobre a experiência do pirarucu manejado na Resex Unini. Um banco de dados georreferenciado sobre o manejo do pirarucu está em elaboração, assim como as placas de sinalização das áreas de manejo.

O projeto também propiciou o apoio ao projeto de pesquisa “Aplicações de sequenciamento de nova geração para o desenvolvimento de marcadores moleculares sexo-específicos do pirarucu” realizado pela pesquisadora Julia Tovar, da UFAM.

O Projeto de Manejo do Pirarucu foi eleito como prioritário na época de elaboração do Plano de Manejo, motivo pelo qual existiu tanto compromisso e interesse por parte dos pescadores. O Projeto além de estimular a organização comunitária, proporciona maior envolvimento dos pescadores em espaços distintos de gestão da UC e mobiliza os envolvidos para a proteção de seu território e dos recursos associados.

Monitoramento de quelônio e jacarés na RDS do Rio Madeira, AM

A iniciativa de fomentar a conservação dos recursos naturais na RDS Rio Madeira veio em conjunto com o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais em UC do Estado do Amazonas (ProBUC), inserindo o conjunto das comunidades

situadas no lago do Xiadá - e entorno - e Agentes Ambientais Voluntários no monitoramento de quelônios e jacarés na RDS Rio Madeira.

A implantação do programa de monitoramento da biodiversidade e do uso de recursos naturais na RDS do Rio Madeira consistiu de etapas de sensibilização, capacitação, monitoramento e avaliação, envolvendo em torno de 51 famílias ou 234 pessoas.

O projeto iniciou com reuniões de sensibilização que contaram com o apoio e envolvimento dos Agentes Ambientais Voluntários da RDS Rio Madeira. Nesta etapa 86 comunitários foram sensibilizados, em 5 comunidades abrangidas pelo projeto (São Francisco, São Marajó, Bela Vista, Prainha, São Sebastião) e mais 9 comunidades do entorno não previstas inicialmente (Uruá, Brasão, Realeza I e II, São Pedro, Santa Maria, Livramento, São Carlos, Santa Rosa I e II). Destas que não estavam previstas, 5 passam a aderir e participar efetivamente do projeto.

Foram realizados 2 cursos de Capacitação de Monitores de Quelônios: um com um comunitário experiente em manejo de quelônios da RESEX Ituxi em 2015, que formou 24 monitores de quelônios, e outro em 2016 com a presença de consultora contratada, que na oportunidade capacitou 35 monitores. Nestes momentos foram escolhidos os monitores das praias, dadas orientações práticas para o manejo das espécies e foi ainda ministrado um módulo sobre conservação de recursos naturais.

Além da parte de formação, o projeto contou com a construção física de uma chocadeira de proteção para os ovos transplantados, placas de proteção nos tabuleiros de desova e de um berçário para abrigar os quelônios entre o nascimento e a soltura. Na chocadeira foram transplantados um total de 730 ovos, que culminaram com o nascimento de 544 filhotes. Para que estes ovos pudessem resistir a predação humana e animal foram contabilizados 65 dias de monitoramento ininterruptos das praias contempladas pelo projeto. Deste total de 544 filhotes, 97 foram soltos na praia do Cruzeiro e 447 na Prainha.

Outro resultado importante foi o envolvimento dos comunitários, principalmente das crianças, jovens e mulheres em todas as etapas do projeto, gerando união das famílias em torno do tema da preservação e conscientização ambiental. As escolas e professores também foram envolvidos nas atividades. Exemplo disso foi a realização da “Gincana Ecológica”, em 2016, que distribuiu premiação para quem mais se destacou nas atividades do projeto e cujo prêmio principal foi dado a uma mulher.

O tema da gestão do território ganhou força com a execução do projeto. Práticas em torno da proteção do Lago do Xiadá foram executadas, incluindo a descoberta de novas áreas de desova, proteção de tabuleiros e mobilização social, que por sua vez fortaleceram a gestão da RDS rio Madeira, fazendo com que esta iniciativa motivasse outras comunidades a querer monitorar suas praias de desova de quelônios.

Pesquisa sobre recursos pesqueiros no norte do Amapá, AP

O Projeto “Ações para a gestão participativa da pesca no norte do Estado do Amapá” tem por objetivo gerar conhecimentos sobre a pesca, organizando uma base de dados de conhecimentos tradicionais, a ser integrada com estudos de biologia pesqueira que permitam subsidiar atividades de desenvolvimento econômico do setor pesqueiro aliado ao manejo, preservação e o uso sustentável dos recursos na zona costeira do Parque Nacional do Cabo

Orange. O plano apresenta como meta o desenvolvimento de ferramentas para a gestão da pesca, subsidiando a implantação de uma solução definitiva ao conflito entre o uso dos recursos pesqueiros protegidos pela Unidade de Conservação e a atividade pesqueira exercida pelos pescadores artesanais que residiam na região antes da criação da UC.

Em termos gerais, o projeto desenvolveu-se em 5 campos principais: pesquisa científica em relação à ecologia das espécies pesqueiras, levantamento de subsídios para criação de uma RESEX Marinha limítrofe ao PN Cabo Orange, estabelecimento de parcerias entre institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil local, caracterização socioeconômica das comunidades vizinhas ao Parque Nacional e resolução de conflitos socioambientais. Além do levantamento e coleta de dados referentes à ecologia e dinâmica de espécies pesqueiras, o projeto buscou desenvolver ferramentas para a gestão da pesca, subsidiando a implantação de uma solução definitiva ao conflito entre o uso dos recursos pesqueiros protegidos pela Unidade de Conservação, e a atividade pesqueira exercida pelos pescadores artesanais da Colônia Z-3.

Além dos levantamentos biológicos (ictiofauna, carcinofauna, bioecologia do carangueijo e fauna planctônica), que contemplaram um olhar científico inédito para a região e seus abundantes recursos naturais pesqueiros, metodologias participativas foram empregadas no intuito de envolver as comunidades vizinhas ao Parque como forma de ampliar a compreensão sobre a ecologia e manejo de espécies pesqueiras (espécies alvo, sazonalidade da captura, etnoecologia e bioecologia), a delimitação de um território de uso tradicional (do histórico de ocupação, passando pelo surgimento de “invasores”, até a proposta de delimitação de uma nova RESEX Marinha), e ainda, sobre os conflitos por recursos e relação com órgãos estatais, comunidades indígenas, atravessadores e pescadores paraenses.

Com isso, uma das principais contribuições do projeto foi fornecer subsídios para o processo de criação de uma RESEX Marinha como alternativa compensatória à restrição do uso dos recursos pesqueiros e consequente proteção do PN Cabo Orange, conforme previsto em seu Plano de Manejo, por meio de um estudo amplo e qualificado realizado por equipe multidisciplinar sobre os recursos pesqueiros da região e sua relação com as comunidades pesqueiras incidentes. Esta ação deve contribuir para a resolução dos conflitos socioambientais que envolvem o Parque Nacional e comunidades de pescadores artesanais. Atualmente o PNCO e pescadores artesanais estão no 4º Termo de Compromisso que intermedia o uso sustentável dos recursos pesqueiros dentro do Parque pelas comunidades pesqueiras tradicionais.

O projeto propiciou ainda, o fortalecimento de um grupo de pesquisa multidisciplinar em recursos pesqueiros no Amapá, e representará um marco nas discussões em pesquisa e gestão de recursos pesqueiros para o Estado. No momento já existem outras propostas de pesquisa em cooperação entre este grupo de pesquisadores atrelados ao ON Cabo Orange e pesquisadores do país vizinho, a Guiana Francesa. O grupo de pesquisas formado pretende publicar um catálogo de peixes abrangendo todos os dados coletados durante a execução do projeto chamado: “Peixes da Zona Costeira do Parque Nacional do Cabo Orange, Estuário Amazônico, Amapá, Brasil”.

Outro resultado importante foi o estabelecimento de parcerias entre o ICMBio, universidades e institutos de pesquisa, incluindo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do

Amapá (IEPA) e os pescadores, representados pela Colônia de Pescadores do Oiapoque. Essas parcerias têm sido importantes na resolução dos conflitos socioambientais locais.

A participação dos pescadores e o comprometimento das instituições parceiras foi ressaltado como um resultado positivo na integração entre estes atores e tem contribuído de forma significativa para os resultados alcançados pelo plano de ação. Como exemplo, a UEAP e IEPA estão contribuindo com a contrapartida de equipamentos e recursos financeiros nas atividades de pesquisa em curso na região e os próprios pescadores artesanais tem contribuído no planejamento e coletas de campo.

Por fim, a pesquisa teve um caráter amplo, acessando desde informações biológicas até aspectos socioeconômicos dos pescadores. Desde o início, essa era uma das demandas deste público: que se fizesse uma ponte entre o etnoconhecimento acumulado e pesquisas científicas que pudessem problematizar esta sabedoria local. Através da pesquisa em parceria com os pescadores houve um registro desses conhecimentos, além da possibilidade de perceber onde convergem e divergem conhecimento tradicional e conhecimento científico para o planejamento e gestão da UC e proposta de criação de uma RESEX Marinha.

Lições aprendidas

Projetos devem ser articulados segundo os interesses dos comunitários

É importante que o gestor trabalhe e priorize projetos que são importantes para os comunitários. Quando os projetos vem de cima, acabam afastando a relação entre o gestor e a base. Algumas vezes a explicação dos benefícios do Projeto à comunidade já ajuda a trazer a comunidade para apoiar a ação.

Parceria entre gestores e comunidades

Antes da conversa, a comunidade olha o gestor como repressor. É importante a existência de pessoas que possam fazer esse elo. Quando um projeto dá certo com uma comunidade é importante entender por que deu certo e passar para as outras comunidades entende-lo. Algumas vezes o que fez dar certo é o simples fato dos comunitários terem entendido a importância e objetivo do projeto, passando a acreditar e se envolver em sua execução.

Envolvimento das crianças

Professores ajudaram neste papel. Se você conscientiza a criança, ela vai se tornar um adulto consciente. No Ituxi as crianças que foram capacitadas no passado, hoje são grandes lideranças comunitárias. Muitos projetos se focam apenas nos adultos. Quando se trabalha com as crianças, se chega nas famílias.

Participação das mulheres

Algumas atividades acabam sendo mais bem executadas com o apoio das mulheres, que são mais cuidadosas e organizadas. Ex: elaboração de planilhas com os dados da pesca do pirarucu

Envolver os comunitários no planejamento, elaboração, execução e avaliação do projeto (valorização do conhecimento tradicional para o planejamento).

Se os comunitários estivessem mais presentes durante o planejamento das pesquisas, muitas coisas teriam sido melhores. Ex: tamanho da rede, melhores lugares para coleta, época de desova, comportamento dos peixes. O conhecimento tradicional muitas vezes é muito maior do que o do pesquisador que vem de fora e deve ser considerado no planejamento das ações. Envolver os comunitários na execução das atividades, pois ganha em qualidade de execução. Não fazer com que o planejamento do projeto deixe de fora informações importantes que a comunidade possui e que pode pôr em prática de forma concreta e compartilhada

Ações e atividades do PAS repercutem em resultados não esperados

Ações de conservação e manejo com o envolvimento da comunidade reverbera na efetivação de outros resultados dentro da UC. Ex: O manejo de quelônios influenciou na gestão territorial da RDS Rio Madeira.

Parcerias locais

O envolvimento de parceiros locais, como ONGs e instituições de pesquisa, ajudam na concretização e efetivação dos objetivos previstos. Esse envolvimento melhora a execução e a continuidade dos projetos. Também ajuda com alguns problemas operacionais, como acesso à internet, caronas, insumos etc. Ex: A participação da ONG Fundação Vitória Amazônia (FVA) foi fundamental para o projeto.

Importância dos intercâmbios.

As ações que mais levam aprendizado para os comunitários são aquelas que envolvem intercâmbio de experiências, pois gera o diálogo direto de “comunitário para comunitário”.

Projetos de geração de alternativas de renda devem ser incluídos entre os marcos referenciais do Programa ARPA

Projetos de alternativa de geração de renda só são possíveis como “projetos paralelos” dentro dos PASs e PPIs e aplicáveis somente para algumas UCs. Como não são considerados como uma ação exequível em todas as UCs, portanto em todos os POAs, o ARPA poderia prever este tipo de projeto em seu arcabouço de financiamento. A lição aprendida e que poderia ser relevada para os próximos editais seria que todo projeto que prevê a integração com as comunidades, pode atender iniciativas de alternativas de geração de renda para as populações locais incluídas no projeto de forma direta

Importância de registro e sistematização das atividades: memória institucional

A necessidade de elaboração de relatórios para os PASs e PPIs fez com que os gestores percebessem a importância de registrar o que é feito, e que muitas vezes é ignorado, seja pela rotina atribulada de atividades que envolvem a gestão de uma UC, seja pela falta de protocolos sistemáticos de registro. Quando não há o registro, muito aprendizado se perde ou fica apenas com uma pessoa. A sistematização das atividades pode ajudar ações futuras. Informações sistematizadas já podem ser utilizadas em outras demandas que venham a surgir, evitando a necessidade de retrabalho. Ex: Sistematização feita pela consultora do PAS ajudou a responder demandas posteriores feitas ao gestor.

Importância de desburocratizar a contratação de consultor/serviço Pessoa Física para ajudar a executar as atividades ou até mesmo para executar do começo ao fim o ARPA

Quando tudo fica na mão do gestor, muitas vezes ele precisa priorizar o que vai fazer e não consegue integrar duas atividades que deveriam ser executadas em paralelo. Portanto, é importante a participação de mais pessoas na execução das atividades previstas no PAS. Como a contratação de consultoria é uma coisa demorada, é importante pensar em alternativas para viabilizar de forma mais rápida a participação de consultores, para que o Projeto não “trave” na dependência deste serviço. Uma solução possível é a contratação de serviço pessoa física, embora esse tipo de contratação (que seleciona pelo preço) algumas vezes possa não atender aos requisitos pretendidos. É importante que o TdR para a contratação seja bem feito, para que o resultado atenda as demandas e seja agilizado com celeridade.

Editais devem ser abertos à outros órgãos executores e instituições

Num primeiro momento, o edital do ARPA permitia que outras instituições se candidatassem e executassem os projetos, como as associações de moradores e cooperativas. Quando isso ficou apenas para o órgão gestor – ICMBio -, sobrecarregou os gestores e impediu a execução de mais de um projeto nas regiões. Essa possibilidade deve vir no MOP da fase III. Deve-se ter cuidado na hora de selecionar a instituição (ONG, Associação) para que ela tenha capacidade de execução. É necessário uma preparação prévia com as associações, capacitações, para que a associação não se torne inadimplente por não conseguir executar o PAS. Os editais devem ser abertos às associações comunitárias, estas devem estar aptas e habilitadas a participar do ARPA

Acompanhamento do PAS gera experiência em Gestão de Projetos para os gestores

Planejar, escrever e executar o projeto do ARPA fez com que o gestor da unidade ganhasse experiência em gestão de projetos.

Divulgação Impressa e Audiovisual dos PASs e PPIs

É importante reservar um tempo ou recurso financeiro para registrar e gerar ferramentas que possam divulgar os resultados dos projetos, tais como: vídeos curtos, panfletos, cartazes e fotos. Também ajuda na troca de experiências, socialização de informações para outras comunidades vizinhas e estímulo para que outros comunitários possam participar e reproduzir a experiência

Não atrelar a execução de atividades ao cronograma financeiro previsto no projeto

Por mais contraditório que possa parecer, as atividades do projeto não andam no mesmo ritmo da execução financeira. A morosidade em adquirir equipamentos e infraestrutura via FUNBIO fez com que algumas atividades atrasassem ou até mesmo não fossem executadas. Algumas atividades não podem esperar e precisam que os insumos sejam adquiridos no prazo.

Desvincular as contas bancárias para PAS/PPI e POA

Sugestão de haver uma conta vinculada para o PAS/ PPI e outra para o POA. O limite de gastos faz com que ações do ARPA e do PA não possam ser executadas concomitantemente. Ainda nesta esteira, nota-se a importância da priorização da prestação de contas da conta vinculada para UCs que tem PAS e PPI sobrepostos às contas da UC. O atraso nessa análise financeira e realimentação da conta atrasa os dois processos (POA e PAS/PPI)

Internet é um gargalo para gestão e execução do PAS

Foi sugerido a criação de um aplicativo ou de uma versão do cérebro off-line

Falta de equipe é um gargalo para gestão e execução do PAS

Há momentos em que ações e atividades estruturantes da UC, neste caso o manejo florestal comunitário, são sobrepostos às ações do PAS. Neste sentido a presença de mais técnicos contratados pelos próprios projetos do ARPA são fundamentais

Acompanhamento do Projeto pela UCP é positivo

Uma visão externa com ideias e sugestões pode viabilizar de maneiras alternativas e criativas a execução do projeto.

Não sobrepor projetos agendas do PAS com ações atividades da UC

A execução de dois projetos em paralelo acaba prejudicando o andamento de mesmo. Ex: manejo florestal comunitário e PAS do ARPA.

Necessidade de continuidade dos Projetos

O projeto do ARRPA em parceria com as comunidades foi apenas um começo. Para o êxito da iniciativa é necessário o prolongamento das ações via novos editais que contemplem a participação e envolvimento dos comunitários

A execução do PAS gerou aprendizado em gestão de projetos por parte dos gestores

Notam-se gargalos quanto a capacitação e informação em relação à execução de projetos entre os gestores de UCs. Neste sentido o PAS foi fundamental para ampliar o conhecimento dos gestores nesta modalidade administrativa de planejamento e gestão

Tema 3: Fortalecimento da organização comunitária

Fortalecimento comunitário na Resex do Médio Juruá

O projeto “Plano de integração visando o fortalecimento das comunidades da região Médio Juruá” tem por objetivo potencializar a gestão participativa da UC, promovendo a capacitação técnica, a geração de renda e o fortalecimento das ações de integração na região do Médio Juruá.

Um dos resultados importantes do projeto foi a estruturação das atividades de vigilância comunitária, com redução das invasões dos lagos definidos para o manejo da pesca e das praias de tabuleiros de desova de quelônios. Outro resultado foi a resolução de conflitos por meio de reuniões setoriais com os comunitários da Resex Médio Juruá e RDS Uacari.

O aumento da participação das mulheres por meio de uma associação própria também é um resultado relevante do projeto. Foram capacitados 30 monitores responsáveis pelo manejo de lagos e praias de tabuleiro no tema da legislação pesqueira. Outro grupo de 30 mulheres da Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá (ASMAMJ) foram capacitadas no curso “Produção artesanal de sabonetes e velas aromáticas” com a utilização da manteiga de murumuru e de óleo de andiroba.

A Associação das mulheres expandiu sua área de atuação: para toda RESEX e para a RDS Uacari aumentando também o número de sócias; melhorou a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e ocupando os espaços de lideranças comunitárias e assento no Conselho Deliberativo da RESEX.

Hoje as comunidades já organizam as ações de vigilância comunitária; e os comunitários permanecem com mais responsabilidade nos: tabuleiros (praias) de desova de quelônios e nos lagos selecionados para manejo da pesca durante o período de 6 meses do ano na época da seca do rio. Instalam as placas de sinalização nas praias de desova dos quelônios da Amazônia. Participação da juventude: rapazes e moças na liderança das organizações de eventos comunitários e participação nas reuniões como animadores e apoiadores durante a realização.

Outros resultados importantes:

- Integração das comunidades, Órgãos Gestores e parceiros: Participação e integração das mulheres e os jovens das UC's;
- Integração das lideranças comunitárias com os Órgãos Gestores;
- Ações de Educação Ambiental proporcionando ampliação dos conhecimentos e Difusão de conhecimentos através de intercambio;
- Melhoria da renda familiar: com os recursos advindos do manejo do pirarucu;
- Produção de artesanal de sabonete e artesanato com fibras;
- Maior participação e fortalecimento na proteção de lagos e praias;
- Conscientização no uso dos recursos naturais e preservação da floresta;
- Dispor de recursos naturais em seus hábitos alimentares: consumo de pirarucu e quelônios;
- A juventude começou a se reunir mais, favorecendo a integração interna deste grupo;
- A integração dos jovens ao mercado;
- As oficinas produtivas (sabão artesanal) e de direitos (sobre violência contra as mulheres) abriu “um mundo novo” para as mulheres e a juventude, estimulando a organização de forma associativa;
- A proteção dos lagos e o manejo adequado do pirarucu geraram resultados ligados à conservação – redução das invasões - e à geração de renda;
- O nível de segurança alimentar foi ampliado pelo consumo de quelônios e de pirarucu pelos comunitários;
- Intensificou-se a participação comunitária na gestão da UC, com a efetiva atuação na defesa do território;

- Destacam como muito significativo que se “ultrapassou a fronteira da UC”, porque se estabeleceu uma relação mais positiva com a RDS Uacari no desenvolvimento das atividades, ampliando-se a visão, saindo da lógica de “cada UC por si”, para melhorar a gestão dos territórios.
- Foi fortalecida a autoidentificação, com o fortalecimento dos grupos de mulheres, jovens e idosos;
- Engajamento ou integração dos moradores e em especial dos jovens no mercado, para a venda de produtos.
- Houve um resultado não-esperado que foi a mudança positiva de comportamento dos comunitários da RDS Uacari em relação à RESEX.
- Melhoria da relação intergeracional no cuidado das questões comunitárias.
- Demonstração da importância não é só do comunitário usar os recursos da RESEX, mas cuidar da UC.

Vigilância e organização comunitária na Resex do Baixo Juruá

O “Plano de Ação Sustentável para vigilância, apoio à organização comunitária e educação ambiental na Resex do Baixo Juruá” procura responder ao problema da invasão dos lagos da Resex para a pesca do pirarucu, invasão dos tabuleiros de quelônios (praias) e baixo envolvimento das mulheres e jovens nas atividades de vigilância e gestão dos recursos naturais da unidade. O Objetivo geral do projeto é “fortalecer a organização comunitária, educação ambiental e proteção da Resex do Baixo Juruá.

Por meio do projeto foi possível implementar uma estratégia de vigilância permanente dos lagos com o uso de um flutuante. Também foram realizadas capacitações voltadas para o manejo do pirarucu, vigilância participativa e incremento das ações de fiscalização do ICMBio. Foi criado um registro sistemático (em planilha) de dados que formam o “marco zero” do sistema de monitoramento que envolve cerca de 50 comunitários.

No caso dos tabuleiros de quelônios foi realizada a capacitação para o monitoramento em quatro comunidades. As atividades envolvem a vigilância das praias, monitoramento da desova e realocação dos ovos (cerca de 4 mil unidades). São cerca de 45 pessoas organizadas em duplas e trabalhando ao longo de dois meses em três comunidades. Também é feito o registro sistemático da desova, identificando dia, localização e espécie.

Para promover o envolvimento da juventude foram realizados três encontros formativos abordando o ambientalismo local e global e também uma conferência livre de meio ambiente. O resgate das origens extrativistas dos jovens foi importante nesses fóruns assim como a ampliação da participação juvenil nos espaços formais, como o conselho deliberativo da UC e na Associação.

Os jovens também promoveram um ciclo de palestras nas escolas a fim de sensibilizar os estudantes urbanos para o valor da Resex. Cerca de 260 alunos/as participaram das palestras 3 escolas receberam as atividades de sensibilização passando a se interessar por conhecer melhor a UC.

Já em relação às mulheres foram realizadas oficinas de produção de sabonete artesanal com a participação de 30 pessoas.

O resultado global mais significativo do projeto é o aumento da participação da comunidade nas ações de vigilância e como resultado não-esperado a ampliação da presença institucional dos órgãos federais ICMBio e IBAMA.

Fortalecimento comunitário na RDS do Juma, AM

O PAS “Fortalecimento Comunitário como ferramenta de apoio às atividades alternativas de geração de renda” foi idealizado para estimular as boas práticas de manejo de recursos naturais e desenvolver o espírito associativo, a participação de mulheres e jovens e o empoderamento das organizações. O objetivo do projeto é “Fortalecer a gestão comunitária nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Estado do Amazonas e estimular cadeias alternativas de geração de renda”

Em relação aos aspectos da produção e geração de renda o projeto favoreceu a realização de uma oficina sobre boas práticas de extração e manejo relacionados ao óleo de copaíba e castanha. Também foi realizado intercâmbio com uma cooperativa e intermediação de negociação para comercialização da produção. As lideranças perceberam que a comercialização precisa contar com uma organização adequada para este fim (cooperativa). As primeiras ações resultaram na melhoria de 30% no preço de compra da produção. Essa melhoria na renda tem motivado uma maior participação na “vida” da UC.

Em relação ao associativismo pretende-se realizar oficinas socioeducativas voltadas para as associações com conteúdo sobre administração e gestão em vista de fortalecer as competências e habilidades das pessoas envolvidas na associação e na própria gestão da UC. Também são previstas oficinas voltadas para mulheres e jovens voltadas para formação de lideranças e estímulo à participação.

Foi realizada uma oficina para elaboração do acordo para pesca esportiva com a participação efetiva de 27 pessoas. Embora o projeto esteja com uma taxa de execução considerada baixa, espera-se alcançar o resultado global pretendido que é fortalecer as competências e habilidades das lideranças.

Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá.

O PAS “Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá e entorno” foi concebido para enfrentar o problema do baixo nível das instalações e infra-estrutura de serviços para o ecoturismo na unidade de conservação. A sociedade local demanda que o parque promova a geração de renda e empregos e que gere conhecimentos e práticas voltadas para a sustentabilidade. O alto potencial turístico da região favorece a conciliação entre a conservação e a geração de renda

O aspecto central do projeto é a construção de parcerias com órgãos ambientais de comando e controle para doação de madeira e equipamentos para o projeto e para a UC. Essas parcerias favoreceram o acesso à matéria-prima, à equipamentos (motosserras) e cessão de veículos (caminhões) para a realização do projeto. A articulação entre os parceiros favoreceu a agilidade da doação de madeira apreendida. A ação elevou a credibilidade da e na gestão da

UC. O uso da madeira apreendida foi reconhecido como uma ação positiva até pelos madeireiros.

O projeto promoveu a formação de carpinteiros por meio de oficinas e intercâmbio de experiências e um curso de construção em madeira para o ecoturismo. O curso envolveu 5 comunidades do entorno e resultou em 28 comunitários capacitados e que adquiriram novo conhecimentos e habilidades em carpintaria. O conhecimento técnico de construção especializada (equipamentos para o ecoturismo em madeira) foi sistematizado.

O trabalho de capacitação resultou na implantação de uma infraestrutura apontada como necessária pelo plano de manejo da UC para os serviços de visitação. Foram instalados 210 metros de passarela em madeira na UC

Esta ação aumentou o sentimento de pertencimento ao parque com elevação da autoestima dos comunitários ao “verem” que melhoraram a estrutura do parque com seu próprio trabalho. Além disso os participantes do projeto passam a “defender” o parque.

O trabalho envolveu o detalhamento dos projetos arquitetônicos dos equipamentos de infraestrutura a serem instalados, com o cuidado para as regras de acessibilidade e princípios de baixo impacto e sustentabilidade. A experiência acerca do desenvolvimento dos equipamentos de infraestrutura foram sistematizados, gerando um roteiro metodológico para aplicação a projetos similares em outros contextos.

Também foi promovida a capacitação dos moradores do entorno da UC para atendimento ao turismo e serviços de apoio à visitação como forma alternativa de geração de renda.

Organização comunitária na Resex Riozinho da liberdade, AC

O projeto “Núcleos de base comunitária para o fortalecimento da cogestão na RESEX Riozinho da Liberdade/AC” tem por objetivo fortalecer a organização comunitária no interior da RESEX Riozinho da Liberdade com vistas a um maior protagonismo da comunidade tradicional na gestão da Unidade de Conservação.

Foram implementados 17 núcleos de base dos 25 previstos (68% da meta). Um total de 45 lideranças foram indicadas pelas comunidades para compor os núcleos. Em janeiro de 2015 foi realizado um encontro geral de núcleos de base com a participação de 33 representantes. Foi elaborado ainda um plano de ação, com 10 ações propostas e um conjunto de outras 41 sugestões de atividades com as quais a Associação da RESEX (ASAREAL) deve se envolver ou acompanhar a execução. Foram definidas prioridades de capacitação para os representantes de núcleos de base.

Durante a realização do 1º encontro de núcleos de base foram realizadas capacitações em condução de rodas de conversa, elaboração de atas, condução de reuniões e técnicas de teatro do oprimido para 33 dos representantes. O primeiro encontro foi bastante exitoso, dando o pontapé inicial para a reorganização comunitária.

Em 2016 foi realizado o segundo encontro dos núcleos de base, que consistiu em capacitações (elaboração de projeto e teatro do oprimido), avaliação e encerramento do projeto.

Também foi realizado um evento específico de mulheres em junho de 2015 e em outros encontros foram desenvolvidas atividades específicas com homens, mulheres e jovens, inclusive com a indicação de capacitações específicas para cada grupo.

Ainda em junho de 2015 foi realizado um encontro para capacitar os núcleos de base em ferramentas participativas, mapa falado e travessia, muito úteis para identificar a percepção local a respeito do território e diagnosticar situações problemáticas. Participaram deste evento 11 representantes de núcleo de base.

As capacitações foram consideradas muito produtivas. A partir delas, a ASAREAL, em conjunto com parceiros e a equipe gestora da RESEX, participou de dois editais de financiamento, um para implantação de infraestruturas permaculturais e outro para a extração de óleos vegetais e produção de sabão. O primeiro foi aprovado pela Fundação Casa e o segundo está em processo de aprovação pelo Cáritas Brasileira. No total, os projetos somam R\$40.000,00, e deverão ser geridos e executados pela ASAREAL.

Até agora foram realizados duas reuniões da diretoria da ASAREAL e, complementarmente, 2 encontros do conselho deliberativo da Associação.

Resumo dos resultados:

- Aproximação entre a gestores e comunidades;
- União entre as comunidades;
- Facilidade para circular informações;
- Promoção de diálogo e de espaços para troca de informações;
- Apoio ao desenvolvimento local e geração de renda;
- Identificação de potenciais e necessidades de novas práticas, como a extração de óleos e produção de sabão;
- Resgate de conhecimentos locais;
- Implementação das bases de um modelo descentralizado de gestão da ASAREAL, com maior autonomia e independência para as comunidades;
- Busca da cogestão, de forma que as comunidades deem o rumo para a gestão e definição dos seus próprios rumos, ao invés do ICMBio ditar as regras.
- Reorganização da associação da RESEX.
- Ampliação da participação das mulheres.
- A aproximação entre comunitários e gestores significou a melhoria da relação de confiança entre as partes, conseguindo ter uma participação maior dos comunitários em atividades concretas (logística e mobilização).
- A contratação de prestadores de serviços locais – comunitários da própria UC – reforça as relações de confiança, pois os gestores deixam de se ocupar de questões que os locais podem operar nas atividades e ao mesmo tempo se instala na UC capacidade de operação, pois se está conformando um conjunto de profissionais que podem prestar serviço para a gestão e para os parceiros
- Incremento no conhecimento das demandas, chegam mais coisas para o gestor, mas há um exercício maior de autonomia e auto-organização.
- União das comunidades que significa: reuniões presenciais que demonstram um esforço em se encontrar, superação da dispersão física.
- Realização de cursos específicos para cada público, como a Permacultura para

os homens, o Teatro de Máscaras e Peça para os jovens. Outro destaque foi o grupo de iniciação musical.

- Houve também dois resultados não-esperados, a saber: a organização da comunidade para a elaboração do projeto junto a financiadores externos (CASA e Cáritas) e a participação das crianças, apresentando propostas e demandas específicas.

Conservação dos recursos naturais na Resex Maracanã, PA

O Projeto “Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nas comunidades da RESEX de Maracanã” teve como objetivo a capacitação dos extrativistas da RESEX de Maracanã para a difusão de práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, compreensão do conceito de Reserva Extrativista e fortalecimento da organização comunitária por meio da criação de Comitês Comunitários e elaboração participativa do Acordo de Gestão da Unidade.

A situação inicial que motivou a elaboração do projeto tem a ver com a forte pressão de turismo sobre a UC e o baixo nível de relacionamento entre as comunidades. Além disso, uma prática disseminada entre as comunidades é a pesca por meio de currais. Os pescadores que praticam essa atividades são chamados de “currelitas”, sendo essa uma das principais fontes de renda dos comunitários. Porém, havia conflitos entre os mesmos quanto às formas de uso, localização dos currais, chegando a gerar confrontos, danificação de apetrechos e currais, etc.

O passo a passo do projeto envolveu a realização de um “curso de formação e nivelamento da equipe executora” com o objetivo de sensibilizar a equipe para a gestão participativa e realizar o planejamento do projeto. Em seguida foi realizada uma etapa de sensibilização e visitas às lideranças das 20 comunidades contempladas no projeto. As lideranças identificadas incluíram professores, presidentes de associação, líderes religiosos, agentes de saúde, coordenadores de grupos de jovens, líderes de times de futebol, entre outros.

O passo seguinte foi a realização de uma reunião territorial para definir a agenda das capacitações previstas para as 20 comunidades. A partir dessa agenda foram realizados seis cursos e uma oficina com um total de 1.764 participantes.

Foi realizada também uma oficina específica sobre Acordos de Gestão onde se abordou o conteúdo da Instrução Normativa No. 29, que trata dos passos essenciais para a elaboração desses acordos, além da discussão sobre “acordos de pesca”.

A última etapa foi a realização de oficinas de capacitação sobre organização social das comunidades. As atividades foram realizadas em quatro comunidades (Ponta Alegre, Tracuateua, São Miguel do Itaquerê e Beira Mar) e contaram com a participação de 82 pessoas.

Como principal avanço destaca-se: i) o acesso dos comunitários às informações sobre direitos e deveres do cidadão; ii) oportunidades para exercer o papel de pessoas ativas na tomada de decisão; iii) organização social e construção de propostas participativas para o uso dos recursos naturais.

ATIVIDADES	RESULTADOS RELACIONADOS
Curso de capacitação de cooperativismo	Não gerou ou formou uma cooperativa formada, mas despertou a percepção e o sentimento do trabalho de forma associativa e cooperada, a “vontade de trabalhar como cooperativa”.
Seminário da juventude	Levou à ampliação da participação da juventude, inclusive com a participação na direção da UC. Fez a juventude “colocar a cara pra fora”.
Evento de contação de histórias, das práticas produtivas (como pescavam), como eram as festas e as brincadeiras dos “antigos”	Possibilitou estimular o processo de resgate cultural, por meio das conversas intergeracionais, valorizando o que já estava se “perdendo”.
Cursos e oficinas	Facilitaram a discussão do perfil do beneficiário

Entre os resultados globais do projeto podemos citar:

- A organização para a reivindicação de direitos básicos para o bem estar da comunidade, como por exemplo, a regularização da coleta de resíduos sólidos pela prefeitura.
- Organização em nível comunitário, por meio dos comitês. Sendo que alguns funcionaram (19) e outros não.
- A organização dos curralistas que, estimulados pelo treinamento em georreferenciamento dos currais, refizeram a pactuação em torno do acordo de gestão, georreferenciaram 135 currais, definindo coletivamente locais, tamanhos, direitos e deveres e levou a redução dos conflitos entre os curralistas.

Lições aprendidas

Organização comunitária: por outras relações de poder

A organização comunitária é um processo longo. No caso da RESEX Liberdade isso tem a ver com a desconstrução do histórico do patronato. O fortalecimento organizativo das comunidades deve estar relacionada com o processo de desconstrução das práticas de patronato e das relações de poder que lhe são próprias. Há muitas questões subjetivas no trabalho que se faz com as comunidades: confiança entre os atores, esperança nas formas de organização, relações de amor com as pessoas, a questão socioambiental e o senso de responsabilidades. Quem gerou o aprendizado foram os comunitários porque são eles quem sentem o peso destas relações demarcada pela história do patronato.

O comunitário, o gestor e os parceiros devem ter clareza do seu papel e do que se espera de cada um. A participação comunitária é algo necessário para conseguir avançar no processo de desconstrução das relações de patronato, contribui para a sua superação ao longo do tempo. Já se sentem as respostas para a desconstrução de uma maior autonomia das comunidades, mas isso só é possível se a proposta ou projeto, for uma ação coordenada.

Algo que os parceiros da Resex fariam novamente é elaboração participativa da proposta do projeto. Os gestores podem ter sucesso ao assumir o papel de coordenação mas sempre estando atentos à construção de consensos com os grupos.

Para iniciativas futuras se reconhece a necessidade de uma melhor prospecção dos saberes e habilidades locais, que podem colaborar diretamente no projeto. Trata-se de “beber mais de fontes inspiradoras” e levar em conta o “estado da arte” nesse tipo de trabalho.

Ampliando a participação

Uma lição apreendida sobre a organização das reuniões e atividades é que as mesmas não devem ser realizadas em um mesmo local. O melhor é fazer rodízio, o que favorece o envolvimento de mais pessoas e a participação. Nesse sentido deve se evitar fazer as atividades na cidade já que isso provoca a dispersão dos participantes.

Na UC XXX as lideranças aprenderam e reconhecem a importância de reunir as pessoas e construir os espaços de diálogo. Ter um facilitador para trabalhar com as crianças durante as atividades também é importante porque possibilita às mulheres participarem, assim como as crianças passaram a participar das discussões comunitárias (resultado não-esperado)

No caso do Parque Nacional do Cabo Orange se identifica como lição apreendida a importância de se organizar melhor como comunidade e como pescadores currelistas. A organização e o esforço coletivo trouxeram uma nova visão sobre a organização do trabalho produtivo em cada comunidade. Algo que deve ser evitado em projetos futuros é a centralização das responsabilidades, quando uma liderança puxa pra si a tarefa de conduzir os trabalhos, o que nem sempre consegue sem a participação dos demais. Essa é uma lição importante para as lideranças, jovens, pescadores e demais pessoas das comunidades.

Sistematizando e difundindo novos conhecimentos

A difusão de conhecimentos e práticas para o uso sustentável dos recursos é um excelente caminho para o alcance dos objetivos da UC, com reflexo sobre a organização social, envolvimento das comunidades do entorno com a UC. O valor das pessoas e o respeito nas relações humanas contam muito. As sistematizações realizadas permitiram estabelecer referências técnicas que podem ser utilizadas por outros.

Conectando geração de renda, conservação e sustentabilidade social

Os gestores tiveram como lição apreendida a importância da relação com os atores da cadeia produtiva da madeira para quebrar preconceitos e favorecer o diálogo e futuras parcerias. Conectar geração de renda com conservação representa um salto de qualidade para a gestão da UC. Identificação de parceiros estratégicos e manter relação. O efeito (positivo) na renda é importante como um estímulo ao envolvimento das pessoas com os objetivos da UC.

Para a permanência dos comunitários na unidade é fundamental a diversificação da oferta de serviços incluindo educação e geração de renda. É preciso ser mais propositivo em relação a isso incluindo capacitação como parte do esforço para melhorar a renda das famílias. Nesse sentido recomenda-se a continuidade das “oficinas produtivas”, sobre manejo de pirarucu e produção do sabonete artesanal, por exemplo. Também é importante enfatizar a diversificação das práticas produtivas a partir do local de vida e trabalho das pessoas.

Uma outra lição apreendida em relação à geração de renda é não deixar de lado o componente da comercialização por que assim o caminho “fica pela metade”.

Um dos ganhos do processo foi o compartilhamento das experiências. Seria bom ter tido mais espaço de compartilhamento com outras experiências similares. Um fazer diferente seria buscar mais experiências externas. Destaca que a geração de renda local é um “caminho” para integrar quem tem baixo ou nenhum senso de pertencimento à UC. Isso favorece a permanência dos comunitários na UC e a emancipação política, cumprindo um papel social dentro da Unidade

Gestão do tempo nos projetos

Em relação ao cronograma de execução e planejamento operacional do projeto é preciso dimensionar as atividades de forma a compatibilizar as ações com a disponibilidade das pessoas e comunidades. No caso do Parque Nacional do Juruena, por exemplo, foram feitos 180 cursos num tempo muito curto, equipe ficou cansada, a agenda de jornada ficou pesada para a comunidade, pois havia disputa de público e agendas, esvaziando uma e outra. Para contornar esse problema é importante evitar que uma agenda muito intensa em atividades se sobreponha à outras agendas importantes e à própria vida dos comunitários.

As lideranças comunitárias apreenderam que é acertado e necessário fazer parceria com gestores e se organizar melhor. Essa parceria gera novos conhecimentos e reforça a sua importância. Isso é algo necessário para poder realizar um projeto, envolvendo não só as liderança e direção da organização, mas cada pessoa da comunidade. Também trás muitos aprendizados sobre o potencial da relação entre órgãos gestores e comunidades.

Numa próxima oportunidade as lideranças fariam diferente o processo de mobilização e envolvimento das mulheres e os jovens. Compartilhariam mais as responsabilidades com as demais pessoas das comunidades e também envolveriam mais os Núcleos de Base Comunitária que não aderiram ou participaram do processo/projeto desde o seu início.

Buscando a legitimidade

É preciso sempre ter legitimidade de base, fazer um processo mais participativo, que integre verdadeiramente os diversos interesses coletivos e comunitários. Para obter essa legitimidade considera-se evitar realizar as oficinas com baixa representatividade ou elaborar projetos sem maior vínculo com a realidade.

Uma forma de ampliar a legitimidade é realizando as atividades diretamente nos locais de moradia das famílias em grupos menores ou por pólos ou comunidades, considerando as suas finalidades. Se observa que hoje os interesses pessoais são mais valorizados que os interesses coletivos. Por isso as decisões coletivas devem ser definidas com o maior número possível de pessoas e em níveis mais locais, evitando-se o representativismo vazio (liderança representa a si mesmo, não tem base de fato).

Multiplicação

Utilizar a estratégia da **multiplicação**, porque ampliou os parceiros, mostrando que sozinhos não se conseguiria, envolvendo as pessoas da região, inclusive aqueles que atuam em outros

ramos. Nesse sentido foi muito importante fazer a articulação com a comunidade do entorno da UC. Numa próxima oportunidade este tipo de estratégia deve ser reforçada.

Capacitação e benefícios financeiros

Algo que não deve ser feito novamente (lição apreendida negativa) é relacionar as capacitações com benefícios financeiros (bolsa de apoio ou gratificação por horas dedicadas às atividades formativas, por exemplo). Isso ajudaria a separar as pessoas que se mobilizam em função do interesse financeiro daquelas que realmente tem interesse na formação. Esta lição é válida para os moradores da UC, gestores, pescadores, agricultores e organizações.

Compromissos compartilhados

Desde a discussão do projeto a discussão foi com as comunidades, houve um processo de escuta e de comprometimento com a comunidade. Compromisso de organizar as atividades é das comunidades e ao ICMBio cabe a metodologia. Isso leva à uma reflexão sobre o papel dos gestores: na fala, nas “coisas” que levam para as comunidades, no fazer-se entender, no entender e no respeitar. Isso significa não querer mudar o jeito de ser da comunidade local para alcançar as expectativas dos gestores ou da sociedade urbana ou externa. Nesse processos de diálogo houve a necessidade de alteração no escopo do projeto e que isso foi garantido pela UCP por meio de remanejamento, assim esta flexibilidade do PAS é algo positivo. Onde?

Outra lição é que os gestores não devem assumir toda a responsabilidade pela animação do processo porque isso gera sobrecarga de trabalho. O melhor é ter alguém específico para este tipo de ação. Trabalhar com uma equipe reduzida na execução do projeto é algo que deve ser evitado, pois gera um tempo de trabalho maior por pessoa. É preciso envolver mais gente na execução.

Relações interpessoais na gestão das UCs

A importância das relações pessoa-a-pessoa, porque com esse projeto se estreitaram os laços entre jovens, mulheres e gestores da UC Federal e Estadual. As pessoas já se conheciam, mas não tinham o costume de atuar conjunto, gerando conflitos entre os grupos das duas unidades. Após as atividades do projeto, algumas pessoas que eram consideradas invasoras, se tornaram vigilante de praia.

As trocas de experiências e de conhecimentos entre os comunitários e gestores reforça o papel de liderança das pessoas na comunidade, especialmente dos jovens e das mulheres. A lição foi gerada nas relações entre todos e deve ser aproveitada por todos os envolvidos.

Integrando ações governamentais e não governamentais

Cada vez mais se reconhece a importância de trabalhar de modo integrado com as comunidades, as instituições governamentais e não governamentais. Se não houvesse essa integração, não se teria realizado o projeto. O diálogo e a integração promovem o comprometimento das pessoas e comunidades, porque envolve na organização das atividades. É necessário ter foco e o planejamento estratégico deve ser construído coletivamente. Pode-se ter um elenco pequeno de resultados, mas o importante é que atinjam os problemas reais.

Tema 4: Produção agroecológica

Projeto Cadeia produtiva do cacau nativo na Resex Chico Mendes, AC

O projeto “Fortalecimento da cadeia produtiva do cacau nativo na Reserva Extrativista Chico Mendes” tem por objetivo a melhoria das condições de vida das famílias extrativistas da Resex por meio da extensão tecnológica inovadora para o manejo florestal de uso múltiplo e do cacau nativo da Amazônia.

A proposta nasceu de uma visita de intercâmbio de extrativistas da Resex ao Sul do Amazonas para conhecer a experiência de uma cooperativa que trabalhava com o açaí. Na ocasião puderam conhecer o trabalho de manejo, produção e comercialização do cacau nativo realizado por extrativistas daquela região, no Médio Purus. Os principais resultados do projeto são:

- Inventário do cacau nativo na Resex realizado e identificação da sua ocorrência com viabilidade econômica em 04 dos 07 municípios (Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri);
- Identificação do número de indivíduos de cacau nativo por família e média de produção por pés, possibilitando conhecer o volume produtivo e a logística necessária para o beneficiamento e escoamento da produção;
- Identificação da cadeia produtiva do cacau nativo contemplando áreas prioritárias;
- Mais de 100 extrativistas empoderados para levantamento de campo, aplicar metodologia para inventariar, para uso de GPS, empreender sobre Associativismo e Cooperativismo;
- 140 produtores e extrativistas capacitados para o manejo do cacau nativo;
- 15 produtores das 05 macro regiões da Resex conhecendo o manejo do cacau nativo na Resex Arapixi;
- A iniciativa da Resex com cacau já chamou a atenção dos moradores da Floresta Nacional Macauã e já iniciaram diálogo para a troca de experiências.
- Parceria com a Cooperfloresta – atualmente só trabalha com produtos madeireiros, entretanto, com a iniciativa na Resex agora está aberta para produtos não madeireiros.

Projeto melhoria da infraestrutura produtiva na RDS Uatuma, AM

O projeto consiste no apoio à conservação da produção rural da Comunidade Nova Jerusalém e demais comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, com a inserção de uma Fonte Alternativa de Energia, trata-se de um sistema composto por Painéis Solar Fotovoltaicos.

A implementação do projeto vem tentar sanar a dificuldade que os moradores tinham com a conservação de produtos perecíveis, tais como frutas, pescado e hortaliças, com isso melhorando a produção e conseqüentemente um incremento na renda dos moradores. Os resultados alcançados até o momento foram:

- Envolvimento dos comunitários em todas as fases de implantação do projeto, realização de mutirões para construção de um galpão para armazenamento dos freezers que não estava previsto na proposta;
- Instalação do sistema e funcionamento em fase de experimental com produção de energia suficiente para a manutenção de 02 freezers.

Projeto Agroecologia na RDS Igapó-Açu, AM

O Projeto “Prevenção de impactos ambientais” tem por objetivo promover a recuperação das áreas degradadas no interior e entorno da RDS Igapó-Açu, ao longo da rodovia BR 319, por meio da implementação de alternativas agroecológicas de baixo impacto, mitigando a pressão antrópica ocasionada pelas atividades agrícolas insustentáveis, bem como recuperando a cobertura florestal nestas áreas. Os resultados alcançados até o momento foram:

- O projeto tem possibilitado a ampliação do diálogo com a população do entorno no eixo da rodovia BR 319 e conseqüentemente ampliou o apoio dos comunitários à manutenção da integridade da UC;
- Além disso, por meio do PAS os agricultores tiveram acesso a assessoramento técnico para o desenvolvimento da agricultura sustentável, o que, em médio prazo, contribuirá para o aumento da renda dos participantes;
- Implantação de 01 viveiro de mudas e 10 unidades de sistemas agroflorestais;
- Durante a execução do PAS surgiu a demanda dos jovens para serem inseridos nas ações. Foram realizadas 08 oficinas para discussão das necessidades de apoio aos jovens, de acordo com o interesse de atuação dos mesmos. A metodologia foi totalmente dialógica, no sentido de potencializar as capacidades, conhecimentos e saberes dos jovens, evitando a postura de transmissão de conteúdo. Por meio das ações do PAS os jovens se consolidaram como lideranças comunitárias, envolvendo-se de forma direta na busca por melhores condições de vida nas comunidades, busca por melhorias na escola, serviço de internet na comunidade e etc.;
- Outro grupo que não estava inserido inicialmente no público do projeto era as mulheres. Com as mulheres foram desenvolvidas atividades de aprimoramento da produção de artesanato, como mecanismo para que os temas necessários ao empoderamento das mulheres fossem abordados. O aprimoramento da produção de artesanato possibilitou o incremento da renda familiar, e ao mesmo tempo transformou as mulheres das comunidades de Santa Izabel do Rio Tupanã e São Sebastião do Igapó Açu em importantes lideranças e protagonistas no processo de conservação da região dos Rios Tupanã e Igapó Açu.

Projeto articulação e desenvolvimento de atividades sustentáveis com comunitários e ribeirinhos do Parque Nacional do Juruena

O projeto tem por objetivo a promoção da articulação, fortalecimento e melhorias das atividades de subsistência desenvolvidas pelos comunitários da Barra do São Manoel e ribeirinhos dos rios Juruena e Teles Pires visando a sustentabilidade dos usos e da conservação do Parque Nacional do Juruena e o seu entorno.

O PAS tem três linhas de ação principais, que visam a melhoria da qualidade de vida dos comunitários e ribeirinhos da região e podem ser resumidas da seguinte forma: sustentabilidade do modo de produção agrícola; educação ambiental com viés voltado para o resgate cultural, cuidados com a saúde e o ambiente; e fortalecimento do associativismo, para maior autonomia da Comunidade. Os resultados por linha são descritos abaixo:

- Como parte da primeira linha de ação - foi implementada uma unidade demonstrativa de plantio de roça sem uso do fogo, revitalização de quintais de diversos moradores e da roça coletiva da comunidade, conforme a demanda e o perfil de cada um;
- Na segunda linha de ação, foram realizadas visitas e atendimento por um profissional de enfermagem (técnica de enfermagem), realização de oficinas de educação ambiental voltada para o reconhecimento e valorização do território e dos recursos naturais, oficina de artesanato e aprendizado da autogestão do grupo;
- Já no fortalecimento do associativismo, foram apresentadas as oportunidades que podem ser buscadas pela associação local. A AATBT apresentou projeto ao Fundo Socioambiental CASA, com o apoio de um professor da UNEMAT, para implementação de melhorias no sistema de captação e distribuição de água para consumo da Comunidade da Barra de São Manoel. O projeto foi aprovado e vem sendo executado por membros da associação, com o apoio da equipe gestora do PNJu;
- O PAS trouxe aos moradores alternativas para geração de renda e obtenção de recursos, proporcionando maior autonomia tanto para os comunitários, como para a associação local;
- Motivou também o resgate cultural, pela valorização do território e dos produtos artesanais, culinária e alimentos típicos encontrados na região, principalmente durante as oficinas realizadas. Ressalta-se ainda a melhoria das casas de farinha, que incentivaram a produção local nos moldes tradicionais, e a construção de um local para comercialização de produtos artesanais, ambos realizados com apoio dos comunitários;
- Proporcionou ainda maior soberania alimentar e sustentabilidade aos comunitários da Barra de São Manoel e ribeirinhos dos rios Juruena e Teles Pires, através da orientação sobre técnicas de plantio e manejo do solo, além da introdução de cultivos complementares, trazidos pelo consultor Eduardo Darwin;
- A execução do PAS acarretou em maior aproximação entre os moradores da região e os servidores do ICMBio. Não apenas fomentou melhor a relação entre os envolvidos, como contribuiu para que os moradores valorizem a importância da conservação do PNJu;
- A execução do PAS também contribuiu para que os moradores não enxerguem o PNJu apenas como um bloqueio a eventuais fontes de renda e recursos, mas como uma alternativa para melhoria da qualidade de vida na região;
- O PAS trouxe como resultados positivos não esperados a maior união entre os comunitários, através dos mutirões e formação de um grupo de artesanato. Foram introduzidas ainda algumas práticas de permacultura como o círculo de bananeiras,

técnicas de bioconstrução, reciclagem de materiais para produção de artesanato e informação para melhorias viáveis do saneamento básico.

Lições aprendidas

As discussões foram feitas por projeto. Inicialmente expondo os pontos positivos na implementação dos projetos e que repetiriam caso tivessem a oportunidade de executar o projeto novamente. Em seguida houve a exposição dos pontos que não deram certo e que não seriam repetidos havendo a possibilidade de implementar o projeto novamente.

Planejamento e gestão

Os gestores apreenderam a importância de se limitar o escopo da proposta de acordo com a sua abrangência e a capacidade real de execução. Proposta de projeto abrangente e com muitas linhas dificulta sua execução e monitoramento.

Também houve um importante aprendizado sobre a necessidade de compartilhamento do planejamento e execução do plano entre o órgão gestor e as organizações comunitárias. Hoje se reconhece que é preciso contemplar todos os segmentos sociais envolvidos desde a elaboração da proposta, sobretudo jovens, mulheres e idosos. Também é necessário manter a responsabilidade e o comprometimento das instituições envolvidas durante todo o planejamento e execução do plano

Uma lição aprendida no PARNA Juruena é evitar a personalização do projeto ao invés de institucionalizá-lo. Os gestores hoje reconhecem que a responsabilidade com a comunidade não pode ser individual, mas da instituição. Quando o gestor assume toda a responsabilidade na execução isso compromete o envolvimento das comunidades em todo o processo. É preciso garantir a gestão participativa. Personalizar o projeto fragiliza a sensação de pertencimento pela comunidade e a continuidade das ações.

Na RDS do Igapó-Açu a equipe da SEMA-AM aprendeu que não deve delegar a articulação do projeto aos parceiros e consultores. A Gestão da UC deve acompanhar todo o processo facilitando na articulação de modo a reduzir ruídos e aumentar a adesão da comunidade.

Envolvimento comunitário

É fundamental para que haja efetividade no processo o envolvimento, mobilização e participação dos comunitários nas atividades. O não envolvimento da comunidade em todo o processo prejudica na apropriação pela mesma, ela não se sente responsável pelo projeto e não apresenta a contrapartida (ex.: o trabalho no viveiro).

É preciso incentivar a autonomia das organizações comunitárias para a sua autogestão. Isso passa pelo fortalecimento das associações. Apoiar as associações contribuiu para que elas exercessem sua autonomia ao longo do projeto, o que contribuiu para continuidade das ações após o final do projeto.

A gestão do território deve olhar além dos limites da Unidade de Conservação. Nesse sentido é fundamental se trabalhar no entorno das UCs. As comunidades do entorno são a porta de entrada para a UC. A SEMA aprendeu a importância de trabalhar com o entorno e isso

representa uma mudança de visão e de estratégia. Ainda há uma vertente dentro da instituição de defende que a gestão deve se limitar ao polígono da unidade.

Os mutirões de limpeza tem sido um importante instrumento para se ampliar o envolvimento comunitário, na melhoria da percepção da área e envolvimento de jovens. Nessas reuniões as comunidades aprendem muito coletivamente.

No desenho do projeto é necessário incluir todos os grupos em todas as etapas. Na RDS do Igapó-Açu as mulheres e jovens não foram totalmente envolvidos no projeto mas acabaram sendo decisivos para o alcance dos resultados.

Outro instrumento importante foi o intercâmbio com pessoas e comunidades de outras UCs. Na Resex Chico Mendes o intercâmbio sobre a produção de cacau explorou as oportunidades, desafios e fraquezas, o que fortaleceu o projeto. O envolvimento comunitário fortalece a realização de outras atividades pelo conjunto dos comunitários que estavam desarticulados. No caso da RDS do Igapó-açu a construção do viveiro de mudas com o objetivo de promover a recomposição florestal das áreas degradadas ao longo da BR-319 também mostrou que a metodologia de envolvimento das comunidades com essa ação precisa ser revista. O método utilizado se mostrou muito duro e pouco eficiente.

Parcerias

Construção e formalização das parcerias institucionais é algo estratégico como forma a garantir o seu comprometimento nos processos. Parceria institucionais frágeis resultam em problemas na articulação institucional.

O PAS é uma ferramenta de aproximação e formação de parcerias entre a gestão da UC e as comunidades e organizações envolvidas. A gestão da UC, para ser efetiva, deve visualizar e atuar em conjunto com a comunidade do entorno na gestão do território.

Uma lição apreendida na RDS do Uatumã é que não se deve deixar de fazer parceria com a prefeitura do município. A ausência de parceria formalizada dificultou a execução do projeto, ex.: transporte de materiais.

Comunicação

Uma lição apreendida na RDS do Uatumã foi que as atividades do projeto devem reunir as comunidades de todos os polos e não apenas as lideranças de cada polo. A comunicação com as lideranças não resultou na transferência das informações para as comunidades, o que afetou o envolvimento das pessoas. Alguns comunitários não acreditaram no projeto e por isso não participaram dos eventos. Faltou comprometimento por parte dos comunitários e isso foi identificado como resultado de outras iniciativas com resultado negativo ou com ausência de continuidade.

No Parque Nacional do Juruena a equipe gestora aprendeu a importância de fortalecer a comunicação e articulação com parceiros. Realizar a comunicação com parceiros para que eles entendam o projeto (desde o planejamento) é fundamental para o sucesso do mesmo.

Assessoria Técnica

A implementação dos PAS chamou a atenção sobre a necessidade de identificar estratégias e profissionais qualificados para a execução técnica. Articulação deve ser realizada previamente e no início do projeto. A interlocução com os comunitários deve ser realizada pela equipe gestora e não deve ser delegada a terceiros.

Capacitação

O intercâmbio entre comunitários de outras UC e entorno se mostrou uma ferramenta importante para a troca de conhecimento, experiências e empoderamento dos comunitários. Comunidades e órgãos gestores aprenderam que as oficinas devem ser pensadas num contexto maior (ex. abordar educação ambiental em oficina de artesanato), com metodologias adequadas e parceiros-chaves mobilizados. A capacitação por meio dessas oficinas locais contribuiu para execução e sucesso do projeto e ampliar a participação de maneira mais efetiva com foco na sociobiodiversidade, geração de renda e qualificação técnica.

A efetivação do plano de gestão também demanda capacitações em processo e não apenas a realização de eventos pontuais.

Tema 5 - Formação e capacitação de lideranças

Na gestão das Unidades de Conservação, em atividades junto com as comunidades – organização comunitária, geração de renda, elaboração de acordos, manejo, educação ambiental - nos deparamos sempre com a questão da importância da base educacional. Por isso, qualquer tipo de capacitação pressupõe o início de um processo de formação continuada. Consideramos que não é possível dissociar conservação da educação de base.

Jovens protagonistas do Rio Unini, AM

O Projeto *Jovens Protagonistas do Rio Unini* teve por objetivo oferecer aos jovens moradores da Resex do Rio Unini e do Parna do Jaú a oportunidade de participar de um processo formativo sobre a legislação das áreas protegidas federais e suas ferramentas de gestão. Outro objetivo foi de fortalecer as comunidades ao possibilitar o surgimento de novas lideranças nas duas unidades.

A previsão inicial era de fazer a capacitação de 100 jovens, mas ao final do projeto um total de 481 jovens haviam participado das atividades de capacitação. Os participantes puderam ser divididos em três grupos: i) núcleo duro (cerca de 20 jovens); ii) grupo de apoio (30 a 40 jovens); iii) participantes esporádicos. O projeto contou com ampla participação e adesão dos professores e de lideranças do Rio Unini, e ainda com 18 voluntários, 17 palestrantes externos e 11 oficinairos.

O projeto contribuiu para o empoderamento e fortalecimento do público jovem da RESEX Unini, que atualmente tem potencial para assumir um papel protagonista na gestão participativa da UC. A formação ajudou a fortalecer a identidade territorial do grupo.

O grupo de jovens apresentou o Programa “Jovem Protagonistas do Unini” em três escolas do município de Barcelos ampliando a visibilidade do trabalho.

O processo de capacitação propiciou o diálogo entre gerações (jovens e idosos) e o fortalecimento da identidade do público jovem por meio do conhecimento da história do rio Unini e dos seus ancestrais.

O projeto apoiou um intercâmbio e a troca de experiências entre os jovens das duas UCs (PARNA Jaú e RESEX Unini). Houve também a participação esporádica deles nos municípios de Novo Airão e Barcelos e o intercâmbio com jovens de outras UCs.

O Projeto Jovens Protagonistas do Rio Unini tornou-se exemplo para o Mosaico do Baixo Rio Negro e tem trazido resultados concretos na melhoria do interesse deste público nas atividades do PARNA do Jaú e da RESEX do Unini, incluindo a sua participação de forma voluntária nas reuniões de conselho gestor, no acompanhamento das reuniões do ICMBio em suas comunidades, além de maior pró atividade na organização dos módulos.

Jovens Protagonistas na RDS do Rio Negro, AM

O “Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadoras em Unidades de Conservação estaduais: Jovens Protagonistas na RDS Rio Negro – Verde Perto Educação” tem por objetivo promover o fortalecimento comunitário, com a intenção de multiplicar conhecimentos de biodiversidade, monitoramento e educação ambiental, visando fortalecer a gestão participativa. A RDS tem localização peri-urbana e está muito próxima de cidades como Manaus, Uranduba, Manacapuru e Barcelos.

O projeto realizou sete encontros que contaram com a participação de cerca de 231 jovens. Foram identificadas 15 pessoas de 10 comunidades que podem ser consideradas jovens lideranças com potencial e protagonismo suficientes para levarem adiante o trabalho relacionado aos objetivos e metas do projeto jovens protagonistas em suas comunidades. Cerca de 40 jovens participaram de mais de 50% dos encontros formativos.

O núcleo de jovens líderes já tem demonstrado que quer trabalhar: o gestor repassa, aos poucos, as demandas para os jovens treinados quando, por exemplo, não consegue ir em determinada reunião da comunidade. A capacitação visa o presente e o futuro da Reserva.

Entre os resultados do projeto está a aproximação que o plano de ação promoveu entre a equipe gestora e os pais dos jovens protagonistas. Estes pais passaram a confiar mais na palavra do gestor, além do respeito que já existia. O envolvimento dos adolescentes e jovens adultos no projeto proporcionou o estabelecimento de uma relação de irmandade com as comunidades, pois, no início, as conversas eram mais fechadas e havia certa resistência com a equipe responsável por todos os aspectos de gestão da RDS. E este quadro mudou.

O projeto fortaleceu a liberdade de expressão e de comunicação com o público ajudando-os a vencer a timidez e elevando a auto-estima. O processo de formação caminha para o seu 10º encontro. A partir do 7º encontro os próprios jovens assumiram a facilitação e até mesmo a organização das oficinas.

O ARPA entrou com combustível e alimentação para a realização dos eventos. Os jovens estão fazendo a articulação para buscar recursos junto à secretaria e Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

Quase 30% do recurso foi usado para custear os intercâmbios com outras comunidades e unidades de conservação.

Locais dos intercâmbios realizados por jovens da RDS Rio Negro

RDS Puranga Conquista – AM	Resex Cazumbá-Iracema – AC
Resex Rio Unini – AM	Parque Estadual da Serra do Mar – SP
Parque Nacional do Jaú- AM	Flona Tapajós – PA
Resex Terra Grande Pracuuba – PA	Núcleo São Sebastião (NSS) – SP
Flona Tefé – AM	Surf Transform – Projeto Social – SP
RDS Piagaçu Purus – AM	Núcleo Picinguaba (NPIC) – SP
RDS Igapó-Açu – AM	Quilombo da Fazenda – SP
RDS Rio Madeira – AM	ESEC Tupinanbá – SP
TI Ribeirão Silveira – SP	RDS do Itapanhapima – SP
Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP	Resex Madira - SP
Resex Taquari – SP	Resex da Ilha do Tumbá – SP

Um desafio nestes processos é convencer os jovens a trocar as poucas atividades de lazer que existem na Reserva, a exemplo do futebol, por reuniões onde se discute a organização comunitária.

Outro desafio foi ganhar a confiança dos pais uma vez que o gestor precisa da liberação dos pais para que os jovens possam viajar para os intercâmbios e atividades formativas.

Os jovens também estão ocupando o espaço de arrecadação das mensalidades para a associação. Um grupo de cinco jovens faz a arrecadação junto às famílias para o pagamento da “associação mãe” da Reserva. Um total de 624 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Floresta. Este trabalho tem fortalecido a identidade dos jovens em relação ao território e em relação ao trabalho coletivo.

Seis jovens são agentes ambientais voluntários, oito são monitores dos protocolos mínimos da biodiversidade e quatro são guias credenciados pelo SEBRAE em “bird watching” (observação de pássaros).

O PAS também estimulou uma visão diferente sobre o lixo nas comunidades. Duas delas já fazem localmente a compostagem do lixo

O Gestor é muitas vezes convidado para dar palestras e hoje já envia os jovens para fazer isso. Também já são demandados para moderar e secretariar reuniões e demonstram ter capacidades para isso.

Formação de lideranças na Resex Cazumbá-Iracema, AC

O Projeto “FormAÇÃO: Formação de novas lideranças, representantes, comunitários e Conselheiros da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema para o fortalecimento da gestão comunitária e participativa através de ações práticas em suas comunidades” tem por objetivo promover a formação de 30 novas lideranças comunitárias com foco nos jovens e mulheres ao processo de gestão participativa e comunitária das 05 macrorregiões da Reserva (Alto Caeté, Médio Caeté, Cazumbá, Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira).

O projeto é conduzido por uma equipe mínima formada pelos gestores Thiago Juruá e Nenzinho, este último com uma trajetória de liderança no território, tendo participado do processo de criação da própria Resex. As lideranças tradicionais têm sido das mesmas a mais de vinte anos e já sentem a necessidade de “passar o bastão”.

Em 2014, no aniversário da Resex, foi realizado um encontro de três dias com jovens das Resex do Acre e um dos encaminhamentos foi a formação de novas lideranças.

Uma reflexão de fundo que o grupo se colocou foi: que tipo de educação nós queremos na Resex? Esta questão passou então a embasar a gestão da UC na busca de soluções junto à secretaria da educação do município. Alguns jovens da Resex já pensam em cursar o nível superior para depois voltar para suas comunidades. O projeto veio para dialogar com outras ações que já aconteciam na Resex.

O projeto é voltado para a formação de lideranças e isso inclui os jovens, os velhos e as mulheres. Os módulos têm um viés de formação política e explora a percepção crítica das pessoas sobre o funcionamento da sociedade, distribuição do orçamento público. O enfoque é inspirado no educador Paulo Freire e são das pessoas que trazem as questões que serão discutidas no processo formativo.

O projeto favoreceu que pessoas de várias áreas da Resex pudessem se conhecer melhor, animando um processo de apropriação e gestão do território por parte das próprias lideranças.

O projeto promoveu vários eventos de formação de lideranças. No primeiro módulo de formação participaram 23 pessoas com representação de 3 das cinco regiões da Resex, incluindo 8 mulheres e 10 jovens.

A turma B do mesmo processo formativo contou com a participação de 24 pessoas com representação das cinco regiões, 9 mulheres e 12 jovens. No segundo módulo de formação participaram 41 pessoas das cinco regiões da Resex, incluindo 15 mulheres e 20 jovens. No terceiro módulo de formação participaram 21 pessoas de 4 das 5 regiões da Resex, sendo 7 mulheres e 14 jovens. Esta turma foi criada para atender à demanda dos participantes que perderam o primeiro módulo por causa da seca no período.

O projeto também promoveu um intercâmbio de experiências em dois sentidos: do grupo com eles mesmo e dele com uma iniciativa externa de referência. No primeiro evento formativo as pessoas não se conheciam. Passaram a se conhecer ao longo dos eventos e reuniões. Mais tarde houve de um intercâmbio no projeto RECA com o objetivo de troca de experiências com

outras comunidades ou projetos. Essa foi uma importante ferramenta de aprendizado e valorização da realidade local. Participaram do evento 20 pessoas das 5 macrorregiões da Reserva, sendo 10 mulheres e 15 jovens.

Um diferencial do projeto é a atuação do consultor contratado pelo projeto. Ele cativou a simpatia de todo o grupo ao mesmo tempo em que estimulou uma rica discussão. Hoje já se está trabalhando a ideia de uma escola do futuro, uma proposta de educação superior em regime de alternância.

Um dos resultados mais ricos do PAS é o que se chama de **apropriação do território** por parte das novas lideranças. Entende-se por apropriação o processo pelo qual as novas lideranças se preparam para assumir as ações de cuidar da Unidade de Conservação e do ambiente das comunidades.

Nessa dinâmica de apropriação os jovens observaram que muitas cláusulas do Acordo de Gestão não estavam sendo cumpridas. Solicitaram então o aval do presidente da Associação para dar início a essa discussão. Alguns jovens já participam das atividades da associação e hoje estão fazendo reuniões locais para mobilizar os jovens para participar da diretoria da Associação.

Outra ação focou a escassez da merenda escolar para uma unidade educacional de 150 alunos. As discussões estimularam a comunidade na busca de soluções próprias para garantir a oferta de merenda na escola. A partir dessas discussões se pensou em montar um projeto para a merenda escolar local evitando a dependência por produtos de fora e quem muitas vezes nem são saudáveis para as crianças.

O processo de envolvimento das mulheres nas atividades foi sentido como um desafio. O fato da equipe de gestores ser formada por dois homens gerou certa dificuldade na hora de se trabalhar com os grupos de mulheres. Este é um tema que deve ser melhor trabalhado na continuidade das ações.

Um outro desafio surgiu com a grande demora na contratação do consultor por conta da tramitação burocrática junto ao Funbio. Isso exigiu um esforço adicional por parte da equipe a fim de reprogramar as atividades e contornar o atraso na realização do projeto.

O projeto deve ser concluído até dezembro de 2016. Ainda serão realizados um último módulo de formação, dois intercâmbios e uma rodada de visitas à todas as comunidades para o acompanhamento do plano de trabalho.

Lições aprendidas

A educação e a gestão das unidades:

- Educação é um processo que deve ser priorizado na gestão das UCs. Isso representa uma **mudança de paradigma para gestores e para o órgão gestor;**

- O processo formativo deve ter como meta a apropriação do território e a auto-valorização das pessoas e comunidades. Essa apropriação deve ser respeitada pois tem a ver com o conhecimento tradicional sobre o território.
- A gestão de unidades de uso sustentável deve ser exercida pelos próprios residentes (apropriação do território). Isso também requer uma mudança de paradigma;
- Valorizar a importância do lugar para os comunitários e dos comunitários para o lugar: pertencimento ao território.
- A formação e a capacitação deve abarcar a luta pela organização comunitária. Para isso é preciso continuar investindo no envolvimento das pessoas nas atividades das comunidades.
- Uma lição apreendida é de não contar muito com pessoas que fazem muitas promessas e não cumprem. Não esperar por soluções que venham de fora e investir mais na própria comunidade. Compartilhar os aprendizados também é importante já que todos que se interessam pela organização comunitária podem se beneficiar disso.
- Importância da ação coletiva “da cabeça ao músculo”: todos podem participar de alguma forma, seja em tarefas mais práticas sejam nos processos mais políticos. Para isso é importante fazer reuniões prévias de sensibilização e planejamento com os jovens para que eles entendam a importância de trocar atividades de lazer, como o futebol, para participar de uma atividade formativa. Isso não acontece espontaneamente.
- Outra lição apreendida é não buscar a quantidade em detrimento da qualidade. Quando se busca mais quantidade também ocorre mais dispersão das pessoas e muitos jovens acabam não aproveitando bem a formação. E experiência tem mostrado que cerca de 50 jovens realmente participam. Do processo. Acima desse número ocorre dispersão. Além disso há o problema do custo de envolver mais pessoas no processo.

Formação de lideranças:

- Tanto no PARNA do Jaú quanto na RDS do Rio Negro os PAS voltados para a formação e jovens resultaram em:
 - Maior envolvimento contínuo dos jovens e adultos com os temas ligados à ética, coletividade, cidadania, meio ambiente e organização social;
 - Melhoria da capacidade de comunicação e expressão oral dos jovens em reuniões e eventos públicos. O projeto contribuiu para ampliar as vozes de pessoas que não tinham o hábito e a desenvoltura para falar em público;
 - Aumento da participação dos jovens nas reuniões dos comitês gestores, associações comunitárias locais, entre outros. Os projetos tem sido considerados como inovadores pelo fortalecimento da participação de jovens nos conselhos de UCs.

- Ser liderança é ser diferente. Cada um lidera para um público específico. A capacitação deve ajudar a desenvolver o foco e a vontade de fazer, mas respeitando as diferenças de cada um;
- É necessário incorporar na capacitação o fortalecimento dos valores, a observação dos outros e a valorização do ser. Aprendemos a importância de investir nos novos valores, nos jovens, sem deixar de valorizar os valores dos mais antigos. Devemos evitar de olhar para as pessoas mais velhas como sendo as lideranças da comunidade, quando os jovens é que estão planejando o mundo novo. Isso ainda não é percebido por muitas lideranças pois ainda existe o medo de entregar (o poder). Esse aprendizado é válido para todos e pode ajudar os mais velhos a entender os valores e o potencial dos jovens.
- O processo de formação política não precisa ser monótono e chato. É importante valorizar a metodologia do processo formativo.
- É importante ter uma pessoa externa conduzindo/facilitando o processo formativo especialmente no seu início. Isso é válido mesmo que a unidade tenha uma equipe numerosa e capaz. Também é importante evitar a dependência em relação às contratações de consultores via Funbio. Isso tem sido muito complicado e demorado

Educação em processos:

- Educação é processo e não se pode esperar resultados quantitativos no curto prazo. Não é uma “fábrica de salsichas”. É preciso investir muito em intercâmbios de experiências, que é uma ferramenta pedagógica poderosíssima.
- Os arranjos institucionais precisam garantir os compromissos e responsabilidades dos parceiros. Para fazer os processos de capacitação avançarem é necessário um grande esforço de articulação com parceiros, secretários municipais de meio ambiente e outros gestores. Muitas vezes esse esforço de articulação não dá o resultado esperado acarretando em perda de tempo e energia que poderia ser melhor aproveitados no projeto.
- A continuidade das ações depende dos próprios comunitários e a gestão precisa criar as condições para isso e ter a segurança de poder apoiar as ações de maneira indireta. As ações são cada vez mais realizadas pelos próprios comunitários.
- Importância de um processo de consulta às comunidades antes de definir os temas e as prioridades da formação. Para isso é preciso ir de comunidade em comunidade para ouvir as pessoas antes de definir os temas das capacitações.
- As ferramentas e dinâmicas participativas como “Linha do tempo”, Matriz FOFA e mapa falado são instrumentos importantes, mas o seu requer que as pessoas tenham domínio sobre os temas que serão discutidos. Caso contrário isso pode gerar desinformação para o público que está participando do processo. Portanto, é preciso ter muita cautela na utilização dessas metodologias.

- Capacitação é educação. O envolvimento dos gestores com este tema é uma escolha a ser feita e um caminho que não tem volta. São processos longos e que não devem ser interrompidos. Também é importante envolver os jovens e lideranças de associação desde o início dos trabalhos.
- Os intercâmbios são um importante instrumento no processo educativo e ampliam a percepção de mundo das pessoas. Favorece a comparação entre o local e outras realidades.
- O resgate e valorização da história do local é fundamental no processo formativo. Isso valoriza a identidade das pessoas com o local. Isso é especialmente importante para processos e formação de jovens que não participaram do processo de luta pela criação das unidades;

Recomendações:

Recomendamos que o Subcomponente 2.3 do ARPA seja incluído como um dos marcos referenciais do Programa, tendo em vista a realidade das UCs na Amazônia e sua relação com as comunidades locais.

Trabalhar a conservação de áreas protegidas na Amazônia deve levar em consideração a importância da dimensão social para este bioma. A priorização da educação como parte da gestão é uma recomendação geral para as demais UCs.

PLANÁRIA FINAL

A plenária final da oficina foi um espaço para socialização das informações e debates realizados nos diferentes grupos de trabalho. Esta etapa teve início com a apresentação resumida de cada grupo seguida de um debate, perguntas e falas de esclarecimento.

Apresentação do Grupo 1 - Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas

A dinâmica se desenvolveu em 2 momentos: apresentação projeto-por-projeto de cada uma das lições aprendidas e, após, em forma de síntese, houve um aglutinamento das lições aprendidas em espécies de classes, que se distribuíram da seguinte forma: “Participação e Protagonismo Comunitário”, “Gestão Integrada e Parcerias”, “Edital Projeto e Execução”, “Ferramentas e Formas de Interação”.

Sineia aponta como importante esta atividade pelo fortalecimento da comunidade e da UC, fazendo uma conservação na TI e áreas de entono, “fortalece a todos”, fortalecimento institucional das comunidades e associações.

Pergunta do Pablo da RDS do Rio Negro sobre o gargalo de recebimento de equipamentos no projeto do PN do Cantão. Marco Bueno atesta que foi um problema sério, uma lição aprendida, que os projetos de 2016 não repitam estas falhas. Clarissa do FUNBIO justifica que a compra dos equipamentos depende de termos de doação que demora 1 ano para se confirmar. Nesses casos não seria nem recomendável incluir a compra de equipamentos nesses projetos. Bruno do Maracá diz que a questão não é incluir ou não a compra de equipamentos mas sim viabilizar os processos licitatórios, conformar termos de doação.

Clarissa fez ressalvas em relação a mudança dos tramites de consecução dos termos de doação. Dá exemplo das conta vinculadas e a superação dos gargalo no sentido de viabilizar as compras via FUNBIO

Raoni, do Cantão, resume em 3 pontos: FUNBIO agilizar os processos licitatórios, editais de curta duração não podem ser dependentes de equipamentos que serão licitados, desenhar os projetos com menos dependência na aquisição de equipamentos que dependam de licitação para acessar motos, barco, motores.

Tiago Juruá pergunta se os equipamentos recebidos pelo ARPA ficam na comunidade? Resposta é sim. Argumenta se não poderiam fazer uma cotação de compra local via pesquisa de preços com 3 orçamentos. Procurar outras alternativas para contornar essas questões burocrática.

As regras de aquisição de bens demoram no mínimo 6 meses, atesta Clarissa.

Gino da Naturantins atesta o aprimoramento da aquisição de equipamentos. Quer fazer uma ressalva em relação aos termos de doação. A doação do FUNBIO para a Naturantins gerou taxas para esta transferência. Contrapartida de 4% das associações em relação ao valor bruto da doação. As comunidades indígenas deveriam pagar em torno de R\$ 3.000,00 para

receberem este material. O problema se deu em relação a demora de acessar e na doação que gerou custos para as comunidades

Gilmar Souza do DEMUC. Ponto focal do ARPA no Amazonas. Existem regras que devem ser revistas, não dá pra ficar neste marasmo em que toda reunião discutir a questão da aquisição de bens.

Javaé fala que estão para receber os kits de fiscalização, que ainda não receberam, e que isso gerou muita expectativa.

Pablo do Riozinho da Liberdade fala do encaminhamento de criar um GT para se pensar na solução dos tramites da compra dos equipamentos.

Rose, REBIO Gurupi, muda de assunto e fala da relevância de envolver, como há um componente de integração com Tis, trazer a FUNAI para perto das discussões e para que participem das oficinas, avaliações. Marco Bueno disse que a FUNAI avaliou todos os PPIs. Fala da importância de envolver os parceiros locais, para que estes problemas de envolvimento com a FUNAI seja resolvido por meio da parceria

Mauro fala do diálogo entre os povos e da importância dos intercâmbios. Sugere colocar o intercâmbio no marco referencial/ conceitual do ARPA. Fala que há dificuldade de realizar os intercâmbios, que estes devem ser valorizados, pois foram muito importantes para a Unidade.

Apresentação do Grupo 2 - Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Ana Luiza e Júlio fazem a apresentação do Grupo 2. Júlio lê as lições aprendidas levantadas pelos comunitários presentes nos grupos e Ana Luiza expõem aquelas levantadas pelos gestores.

Mauro enfatiza a importância de terem editais tanto para associações organizações como para o órgão gestor. Pablo do riozinho da Liberdade fala de contemplar a escrita do marco referencial do programa ARPA prevendo a participação das comunidades na elaboração dos projetos. Fala da importância de colocar em perspectiva como colocar a preocupação de ter clareza de possibilidade de linhas de ação sobre novos editais.

Começo de FASE 3 do ARPA, que terá como foco principal a “gestão participativa” e não prevê interação com comunidades. Clarissa fala de colocar esse ponto na pauta dos novos editais do FUNBIO. Renata do MMA, fala que a oficina é boa para equacionar os novos desenhos dos editais futuros. Edital de paisagens sustentáveis, fomento a cadeias produtivas e gestão participativa estão em voga, são temas mais debatidos. São temas que surgiram na comissão de gestores e que o MMA está escutando os vários atores e vários fóruns.

O debate girou em torno dos desenhos e arranjos para novos editais.

Apresentação do Grupo 3 – Fortalecimento da organização comunitária

Daltro começa a apresentação de seu grupo com uma dinâmica da música da farinhada.

A forma de apresentação se deu de maneira diferente: foi uma espécie de rio com o céu à cima.

Aqui evidencia-se que os gestores apropriam-se mais do planejamento e execução do projetos, até porque são quem submetem e os executam. Os gestores são quem mais participam nas apresentações, sente-se esta apropriação.

Houve falas sobre a continuidade dos processos. Em projetos onde ocorram dependência e aspectos de geração de renda, há a necessidade de dar continuidade aos projetos. Trabalham muito com a parte de fiscalização de renda e investe em capacitação na parte de construção das vias e caminhos com madeira, parte de sinalização. Pondera que é importante pensar a divulgação das iniciativas que deram certo para vender a ideia para novos financiadores. Queria sair da parte somente da capacitação para se entrar na parte de geração de renda. Considera importante relevar a opinião dos comunitários e releva a importância do equilíbrio entre ideias e ponderação vindas de baixa pra cima, mas que também não se pode considerar ideias esdrúxulas como mecanização, corretivo de solo

Pablo, RDS Rio Negro, conversar com liderança, com comunitário, não é conversar com comunidade. Como descentralizar, a terceirização, de responsabilidade pra um projeto de curto prazo? Sabe-se que deve trazer mais pessoas para a execução do projeto, e importante, mas como se desvencilhar da burocracia

Bruno Filizola, consultor do FUNBIO. Observação em torno de que o fortalecimento comunitário, fortalecimento institucional, mas que todas comunidades devem ter, no âmbito do ARPA, pensar nas próximas fases que o fortalecimento institucional deve ser incluído em todos os projetos futuros.

Outras falas em torno da continuidade dos projetos. Comunitário do PN Viruá fala que os projetos não tem começo, meio e fim; tem: começo, meio e continuidade. Mauro da RESEX Rio Xingu reforça a continuidade dos projetos e ainda acrescenta a previsão, em seu PPI, do pagamento de bolsas de agentes, pesquisadores. Que tinham essa rubrica no projeto, entretanto tiveram problemas. Clarissa fala que agora estão pensando em incluir o pagamento de bolsistas, principalmente na parte de fiscalização. Fala que pode fazer um contrato longo de até 18 meses. Que se pode fazer um contrato de prestação de serviços. Muito mais simples burocraticamente do que abertura de licitação ou consultoria.

Rose da RESEX Médio Juruá fala sobre a divulgação do ARPA nas comunidades. Em 2 anos pagaram os kits de vigilância com o rancho para os agentes ambientais. Com o fim do projeto do ARPA, em 2016, as comunidades irão cotizar e fazer os pagamentos do rancho dando continuidade por outros meios as ações previstas no PAS. O PAS foi uma roda na gestão. Integração entre a gestão e as comunidades.

Carla da SEMA Parque Chandless. Trabalho de redes para trabalhar com parceiros. Criação de uma espécie de glossário para explicar siglas. Bolsistas são importante, mas não somente vinculados à pesquisa, à institutos de pesquisa; os bolsistas devem estar vinculados ou estarem previstos no PAS.

Dioneia diz que na moção a pauta da integração com comunidade seja colocado na comissão diretora do ARPA.

Raoni enfatiza a previsão nos projetos de trazer mais pessoas para trabalhar na execução dos projetos. Já tem equipe reduzida e sobrecarregada. Para incremento na gestão da UCs deve ser pensado em contratar pessoal para execução de novos projetos.

Marco pensa ser fundamental que este fórum da oficina é importante para que se encaminhe para a comemoração dos 15 anos o ARPA pelo Banco Mundial. Via comissão de gestores, inserir na pauta destas comemorações, a continuidade do componente 2.3. Inserção não de um novo marco referencial do ARPA, mas ampliar o escopo de ação da parte de gestão participativa.

Apresentação do Grupo 4 – Produção agroecológica

Pablo do riozinho da Liberdade. Gestão do território para além do limite da UC é fundamental para o envolvimento das comunidades. Emplacar isso como estratégia para a conservação. Não é uma ação de conservação *stritu sensu*, mas é importante no amortecimento dos conflitos e conservação das unidades.

Luiz da Barra de São Manoel, PN Juruena, comunidade acessou o edital da fundação CASA e acessaram 27.000 reais. A comunidade optou pela melhoria da água na comunidade. A própria associação administra o recurso. Por meio do ARPA acessaram o edital da fundação CASA. A experiência do ARPA possibilitou o acesso à outros editais.

Cristiane do ICMBio de Brasília. Trabalhar as UCs como um polo de desenvolvimento local e polo de atração de políticas públicas. Isso fortalece a gestão das unidades com a conciliação da conservação da biodiversidade.

Bruno da ESEC Maracá. Gargalo entre UCs que possuem sobreposição com TIs. Existe receio de enfrentar conflitos por conta destas sobreposições. Não se deve evitar os conflitos. O ARPA deve, pelo contrário, apoiar projetos que pensem os conflitos de sobreposição.

Pablo, RDS Rio Negro, atesta a importância das capacitações e formação em todas os projetos. A educação perpassa tudo. Se as comunidades irão acessar editais, elas devem ser capacitadas.

Mauro reforça que a missão do ICMBio é, além da conservação, atribuição do desenvolvimento socioambiental. Reafirmar isso o tempo todo. Não deixar de lado essa vertente e competência.

Apresentação do Grupo 5 – Formação e capacitação

Importância de capacitação dos jovens é apontada por Viceli. Diz que deve ocorrer a renovação das lideranças, que já estão ficando velhas e precisam dar lugar aos mais jovens. Importância para os jovens e localidade onde foi executado. Importância do jovem para o local e organização comunitária. O jovem será o futuro do local.

Nenzinho aponta para olhar com mais carinho quando for realizar os planejamentos. Uma mensagem: culpa-se muitas vezes razões fora ou extra projetos para culpar a má execução dos projetos, quando na verdade a má execução está nas pessoas que o executam. Fala ainda

da inviabilidade e contra senso de tirar populações de unidades de conservação de proteção integral, uma vez que estavam no local antes da criação da UC

Uma das questões levantadas é que os mecanismos de gestão das UCs não deve ser somente de uso sustentável, as UCs de proteção integral também devem mecanismos para envolver a população do entorno na gestão da unidades.

Mauro, da RESEX Médio Xingu, ressalta a questão da apropriação do território e a identidade territorial como importantes. Perderam um TdR, por questões ligadas ao ICMBio central, que não aprovou ações de fiscalização comunitária e implementação de uma agenda de vigilância comunitária na RESEX.

Pablo da RESEX Riozinho de Liberdade fala sobre as questões políticas envolvidas nos processos político. Que vê a formação política descolada das UCs. Que neste espaço existe pouco transito dos movimentos sociais e sindicatos. Que deve-se apoiar ações de formação política.

Júlio Garcia expõe que existia cento e pouco pessoas no local onde foi criado o PN Cabo Orange. O ICMBio fez esforço para retirar a vila do local de criação da UC de proteção integral. Precisamos ser educados, queriam ajudar na preservação do local, eram pescadores artesanais que foram desalojados e desprovidos de suas atividades de subsistência. Reforça o diálogo entre os comunitários e o ICMBio para conservação da biodiversidade.

AVALIAÇÃO DA OFICINA

Critérios de avaliação	O que foi bom? Pontos positivos	O que não foi bom? Pontos negativos, podem melhorar
Resultado dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> – Troca de experiências; – Qualificação dos resultados com a participação dos parceiros comunitários; – Compartilhamento das experiências; – Aprender com lições dos outros e nos inspirarmos para novas ações e projetos; – Troca de experiências; – Conhecer as lições aprendidas e compartilhar as experiências; – Intercâmbio das lições aprendidas; – Troca de experiência e aprendizagem; – Ampliação dos horizontes e oportunidades; – Compartilhar experiências e lições aprendidas; 	<ul style="list-style-type: none"> – Pouco tempo para as apresentações; – Mais tempo na plenária para debater e aprofundar a continuidade dos projetos; – Compartilhamento dos trabalhos em plenária não conseguiu transmitir as experiências dos projetos; – Faltou oportunidade de conhecer melhor todos os trabalhos (2x); – A síntese inicial não traduziu a complexidade dos planos; – Quebra de acordo gerando discussões soltas (ex: escrever a carta, alguns horários não foram respeitados)
Participação	<ul style="list-style-type: none"> – Escolha do hotel, alimentação, espaço de reunião (7x); – Divisão dos grupos; – Imersão em lugar agradável; – Informativos 	<ul style="list-style-type: none"> – O traslado foi meio bagunçado; – Não ter atendimento médico; – Cheiro de esgoto; – Realização no final de semana; – Traslado do aeroporto para o hotel foi demorado; – Programação pouco participativa – Desvio de foco na parte em que a comunicação do consultor do FUNBIO; – Atraso no início dos trabalho na terça-feira;

<p>Organização geral do evento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A presença dos comunitários (4x); - Espaço para interação; - Amplamente contemplado; - Pessoas focadas e interessadas; - Trabalho em grupos possibilitou a participação de todos; - Boas discussões no trabalho em grupo e planária; - A presença das comunidades locais foi enriquecedor para o evento como um todo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Faltou a participação dos comunitários na construção do manifesto; - Dispersão em alguns momentos - Falta de ferramentas para promoção da fala comunitária; - Falta de vídeo de algumas experiências; - Falas centralizadas; - Pontualidade (2x); - Participação de pelo menos 2 comunitários; - As últimas apresentações foram prejudicadas pela mudança metodológica de restrição de tempo;
<p>Facilitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha da equipe; - Condução do trabalho de grupo; - Metodologia lógica, leve e inclusiva; - Habilidade dos facilitadores; - Atividades diversificadas e animadas para tirar timidez; - Metodologia dinâmica; - A condução dos espaços foi boa; - Quantidade de facilitadores no evento; - Trabalhos em grupo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de relator no grupos (3x); - Não promoveu a fala da comunidade na plenária; - Perguntas orientadoras confusas; - Tempo mal dimensionado na manhã do 1º dia, mais atrasos; - Faltaram mais indígenas; - A palestra de comunicação ficou fora do contexto do evento - A facilitação poderia ter puxado mais para o cumprimento do horário; - A composição dos grupos poderia ter variado no 2º dia; - Poderia ter visto os banners no 1º dia

ANEXO 01

Oficina: Apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia ao fortalecimento comunitário em unidades de conservação: resultados, desafios e lições aprendidas

Manaus, 10 a 12 de julho

	Dia 10/07	Dia 11/07	Dia 12/07
Manha	9:00h Abertura 9:15h Apresentação dos participantes 10:00h Apresentação da Agenda Explicação sobre a metodologia: <ul style="list-style-type: none"> • O que vamos fazer? • Como vamos fazer? • Equipes de trabalho • O que é resultado? • O que é lição aprendida? 11:30h Divisão dos grupos de trabalho 12:00 - Almoço	8:30h Continuação dos trabalhos de grupos 12:30 - almoço	8:30h Plenária Final Apresentação dos trabalhos dos grupos Validação do material produzido 12:30 Almoço
Tarde	14:00h Trabalhos de grupo com apoio dos consultores (facilitação e relatoria) Ver metodologia específica para os trabalhos de grupo Exposição de fotos - permanente Exposição de pôsteres - permanente	14:00h Sistematização dos trabalhos de grupo para a apresentação em plenária 16:00h Café com Poster & Fotos	14:00h Avaliação da Oficina Votação: escolha da melhor foto da exposição Foto do Grupo 16:30 Encerramento
Noite	Cinema ambiental - 11 filmes curtos (5min) Rodas de conversas	Cinema ambiental - 12 filmes curtos (5min) Rodas de conversas	

Serão cinco grupos de trabalho. Ver composição.

Destacar um facilitador e um relator(a) para cada grupo

ANEXO 02

Composição dos grupos de trabalho

Grupo - Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Facilitadora: Luciene

Unidades	Projeto
Resex Rio Xingu	Promovendo a gestão territorial sustentável e conservação da biodiversidade a partir da troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas do Médio Xingu, Altamira (PA)
PE Cantão	Vigilância indígena dos Territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão
Parque Estadual Chandless	Proteção conjunta e resolução de conflitos socioambientais entre Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do entorno (Alto Rio Purus e Mamoadate)
ESEC Maracá	Implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas Boqueirão, Mangueira e Aningal priorizadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental
Rebio Gurupi	Gestão Territorial do mosaico Reserva Biológica do Gurupi e Terras Indígenas

Grupo - Conservação e Manejo de Recursos Naturais

Facilitador: André Tomasi

Unidades	Projeto
Resex Ituxi	Conservação comunitária de quelônios na Reserva Extrativista do Rio Ituxi.
Resex Rio Unini	Manejo do pirarucu – alternativa de renda e estímulo à organização comunitária, gestão participativa e uso dos recursos no Rio Unini
RDS Madeira	Implantação de monitoramento participativo de quelônios e jacarés através do Probuca – Programa de Monitoramento da Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas na RDS do Madeira
PN Cabo Orange	Ações para a gestão participativa da pesca ao norte do Estado do Amapá.

Grupo – Fortalecimento da organização comunitária

Facilitador: Daltro

Unidades	Projeto
Resex Médio Juruá	Plano de integração visando o fortalecimento das comunidades da região Médio Juruá
Resex Baixo Juruá	Plano de Ação Sustentável para vigilância, apoio à organização comunitária e educação ambiental na Resex do Baixo Juruá
RDS do Juma	Fortalecimento comunitário como ferramenta de apoio às atividades alternativas de geração de renda na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
Resex Riozinho da Liberdade	Núcleos de base comunitária para o fortalecimento da co-gestão na RESEX Riozinho da Liberdade/AC
Resex Maracanã	Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nas comunidades da RESEX Maracanã
PARNA Viruá	Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá e entorno.

Grupo – Produção agroecológica

Facilitadora: Franciara

Resex Chico Mendes	Promover o conhecimento técnico e científico no fortalecimento da cadeia produtiva do cacau nativo, na Reserva Extrativista Chico Mendes.
DRS Uatumã	Fortalecimento da cadeia produtiva da Comunidade Nova Jerusalém (Amaro), localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, com a introdução de energia elétrica fotovoltaica para conservação de produtos perecíveis advindos da produção rural.
RDS Igapó-Açu	Prevenção de Impactos Socioambientais
PN Juruena	Articulação e desenvolvimento de atividades sustentáveis com comunitários e ribeirinhos do Parque Nacional do Juruena (PNJu)

Grupo – Formação e capacitação

Facilitadora: Ailton

Unidades	Projeto
PN Jaú	Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadora em Unidades de Conservação federais: Jovens Protagonistas no Rio Unini – Verde Perto Educação
RDS Rio Negro	Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadoras em Unidades de Conservação federais: Jovens Protagonistas na RDS Rio Negro – Verde Perto Educação
RDS Cujubim	Fortalecimento da gestão participativa na RDS Cujubim
Resex Cazumbá- Iracema	Formação de novas lideranças, representantes comunitários e Conselheiros da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema para o fortalecimento da gestão comunitária e participativa através de ações práticas em suas comunidades

ANEXO 03

MANIFESTO PELA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES ELEGÍVEIS NO MARCO REFERENCIAL *GESTÃO PARTICIPATIVA*

Oficina: O Programa ARPA e o apoio ao fortalecimento comunitário em Unidades de Conservação.

Considerando os resultados positivos obtidos pelos projetos desenvolvidos no âmbito dos planos de ação para extrativistas, comunitários e indígenas (Plano de Ação Sustentável- PAS/Plano de Ação dos Povos Indígenas- PPI), que demonstram a eficácia do envolvimento das populações locais como estratégia de conservação da biodiversidade;

Considerando a importância de ações de conservação que ultrapassem os limites das Unidades de Conservação, contemplando o território do entorno como espaço de atuação para diminuir pressões e ameaças, identificando oportunidades e desenvolvendo atividades sustentáveis que revertam na efetiva conservação socioambiental;

Considerando que todo e qualquer processo voltado para a conservação da biodiversidade na Amazônia deve incluir a participação das populações locais, por meio do diálogo não só no planejamento, mas principalmente na execução de ações e projetos voltados para a potencialização desses atores como principais parceiros e muitas vezes protagonistas na implementação, gestão e consolidação das Unidades de Conservação;

Considerando que a inclusão das ações de fortalecimento comunitário e apoio a geração de trabalho e renda de forma sustentável têm reflexos diretos na gestão e na redução da pressão sobre os recursos naturais, conferindo às populações locais o sentimento de sensibilização, pertencimento e empoderamento em relação as áreas protegidas da Amazônia;

Considerando os resultados do encontro de gestores do Programa ARPA, que indicaram claramente que o marco referencial *Gestão Participativa* tal qual é executado

atualmente não promove a participação comunitária para além das atividades dos conselhos gestores;

Considerando o final da fase II do ARPA, e conseqüente fim do subcomponente 2.3, RECOMENDAMOS a ampliação do escopo do marco referencial Gestão Participativa abrangendo a participação e inclusão efetiva das populações locais como estratégia para conservação da biodiversidade. Que esse marco referencial contemple e estimule continuamente o fortalecimento comunitário e o apoio a geração de renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais como estratégias para a promoção do desenvolvimento local, tendo como inspiração os temas e ações dos projetos do subcomponente 2.3.